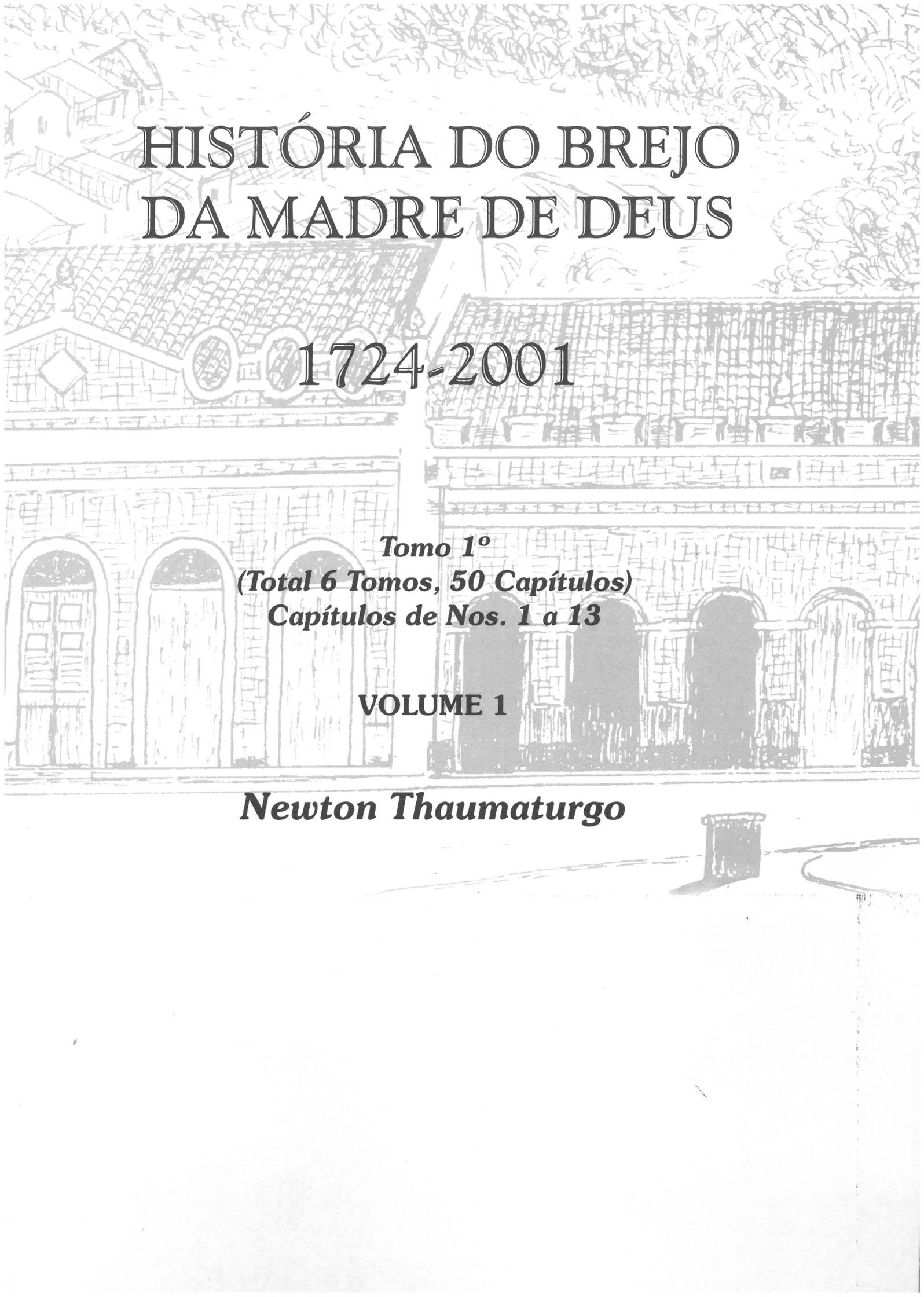


HISTÓRIA DO BREJO DA MADRE DE DEUS

1724-2001

Volume I

Newton Thaumaturgo



HISTÓRIA DO BREJO DA MADRE DE DEUS

1724-2001

Tomo 1º
(Total 6 Tomos, 50 Capítulos)
Capítulos de Nos. 1 a 13

VOLUME 1

Newton Thaumaturgo

TRABALHOS DO AUTOR

História de Pannels - Terra dos Cabanos- 1ª. Edição 1980
FIAM/GOVERNO DO ESTADO

História de Pannels - Terra dos Cabanos- 2ª. Edição 1998

O Barão de Buíque- também Barão do Poço- 1993

Políticos no Agreste- fatos curiosos - a publicar

História do Brejo da Madre de Deus - 1º. Volume -2001 , de 6 , a publicar

Outros trabalhos em forma de crônicas já foram divulgados em jornais pernambucanos e serão brevemente publicados em forma de livros.

VOLUME I

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	15
<i>Prefácio</i>	19
<i>Hino do Brejo da Madre de Deus</i>	25
<i>Dedicatórias</i>	31
<i>Homenagens</i>	37
Capítulo I <i>As Pesquisas</i>	53
Capítulo II <i>A Fundação</i>	57
Capítulo III <i>A Formação</i>	63
Capítulo IV <i>Denominação, Desmembramento, Freguesia e Patrimônio</i>	77
Capítulo V <i>O Visitador Eclesiástico</i>	83
Capítulo VI <i>As provas da Fundação</i>	85
Capítulo VII <i>Vigários e Párocos</i>	87
Capítulo VIII <i>Balancos Contábeis</i>	95
Capítulo IX <i>Patrimônio de São José</i>	99
Capítulo X <i>A briga com o Capitão Izidoro</i>	103
Capítulo XI <i>Escravos</i>	105
Capítulo XII <i>Cadeia Pública</i>	113
Capítulo XIII <i>"São José do Toco"</i>	121

VOLUME II

ÍNDICE

Capítulo XIV	<i>Igreja do Bom Conselho</i>
Capítulo XV	<i>Capela do Rosário, etc.</i>
Capítulo XVI	<i>A briga com o Vigário</i>
Capítulo XVII	<i>Tenente Janjão</i>
Capítulo XVIII	<i>Cangaceiro Antão Godê</i>
Capítulo XIX	<i>Primeiro Motor de Luz</i>
Capítulo XX	<i>História da "Pedra Grande"</i>
Capítulo XXI	<i>Carnavais</i>
Capítulo XXII	<i>A "Serra do Ponto"</i>
Capítulo XXIII	<i>Curiosidades diversas</i>
Capítulo XXIV	<i>Cangaceiro José de Arruda</i>
Capítulo XXV	<i>"Senhor Marques" e Cazuzá</i>
Capítulo XXVI	<i>"Arara"- um cangaceiro engraçado</i>
Capítulo XXVII	<i>"Chiquinha"- a pedinte</i>
Capítulo XXVIII	<i>"Báu"- um ajudante de caminhão</i>

111

151

VOLUME III

ÍNDICE

- Capítulo XXIX *Doro Amaral*
- Capítulo XXX *"Seu" França Araújo*
- Capítulo XXXI *Alípio Magalhães - "Sinhôzinho"*

Ilustrações diversas com fotos antigas legendadas

VOLUME IV

ÍNDICE

Capítulo XXXII *Conflitos políticos*

Capítulo XXXIII *Sargento Cafinfim*

Capítulo XXXIV *Cônego Duarte*

Capítulo XXXV *Dudu Queiroz*

Capítulo XXXVI *Pessoas e fatos curiosos*

Ilustrações com fotos antigas legendadas

VOLUME V

ÍNDICE

- Capítulo XXXVII *Heróis da Guerra do Paraguai*
- Capítulo XXXVIII *Miscelâneas históricas*
- Capítulo XXXIX *Gustavo Falcão*
- Capítulo XL *Prefeitos, Ruas e vultos do Brejo*

Ilustrações com fotos antigas legendadas

VOLUME VI

ÍNDICE

Capítulo XLI	<i>Bispo visita o Brejo em 1836</i>
Capítulo XLII	<i>Posturas municipais</i>
Capítulo XLIII	<i>Dados gerais do Brejo - 1884/1890</i>
Capítulo XLIV	<i>Conflitos de limites Brejo/Pesqueira</i>
Capítulo XLV	<i>A Família Cordeiro e sua ação política</i>
Capítulo XLVI	<i>Importantes registros históricos</i>
Capítulo XLVII	<i>"Os Cahetés" - Cantata nacional de 1824</i>
Capítulo XLVIII	<i>Um Juiz ilustre - Dr. Anselmo Perretti</i>
Capítulo XLIX	<i>Dr. Félix Peixoto</i>
Capítulo L	<i>Surgiram Cidades, Prefeitos e Câmaras</i>



Vista do Brejo Antigo

INTRODUÇÃO

A curiosidade foi a origem deste livro sobre a História do Brejo da Madre de Deus.

Certo dia, lendo um volume da "Enciclopédia Nacional dos Municípios Brasileiros", de número XVIII, à página 70, me deparei com a História que havia concernente à fundação do Brejo da Madre de Deus, neste glorioso Estado de Pernambuco.

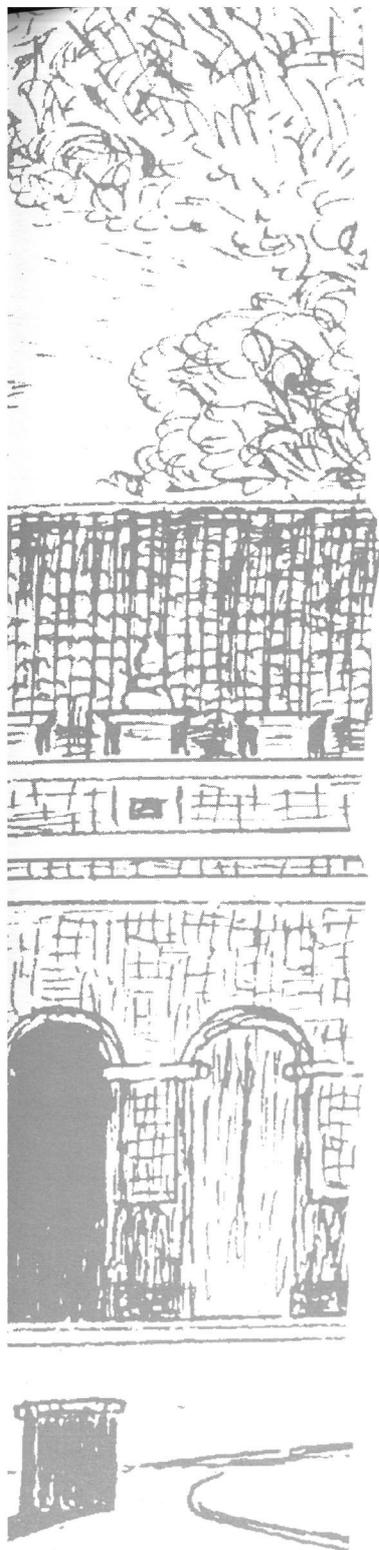
O livro mencionado pertencia ao IBGE e me foi emprestado pelo então Agente de Estatística local, o compadre Izaías Gonçalves de Souza.

Depois de verificar detalhadamente os dados existentes sobre a História do Brejo, cheguei a concluir que muito se tinha a narrar, segundo os fatos mais importantes comentados por pessoas com idades bastante avançadas, muitas das quais com quase cem anos e ainda com grande lucidez, relatando acontecimentos que ouviram dos seus ancestrais.

Baseado nessas informações fonte de real valor histórico, resolvi empreender pesquisas objetivando saber se esses comentários tinham base autêntica, pois, em caso afirmativo, faltava muita coisa interessante a ser contada sobre a verdadeira História do Brejo da Madre de Deus.

Procurei assim, o imprescindível apoio do dileto amigo, o Cônego Antônio Duarte Cavalcanti, então Pároco do Brejo, isto no ano de 1964, e com a aquiescência deste, fazer **IN LOCO**, uma pesquisa junto ao Arquivo da Paróquia, levando-se em conta a sua existência quase bicentenária na época.

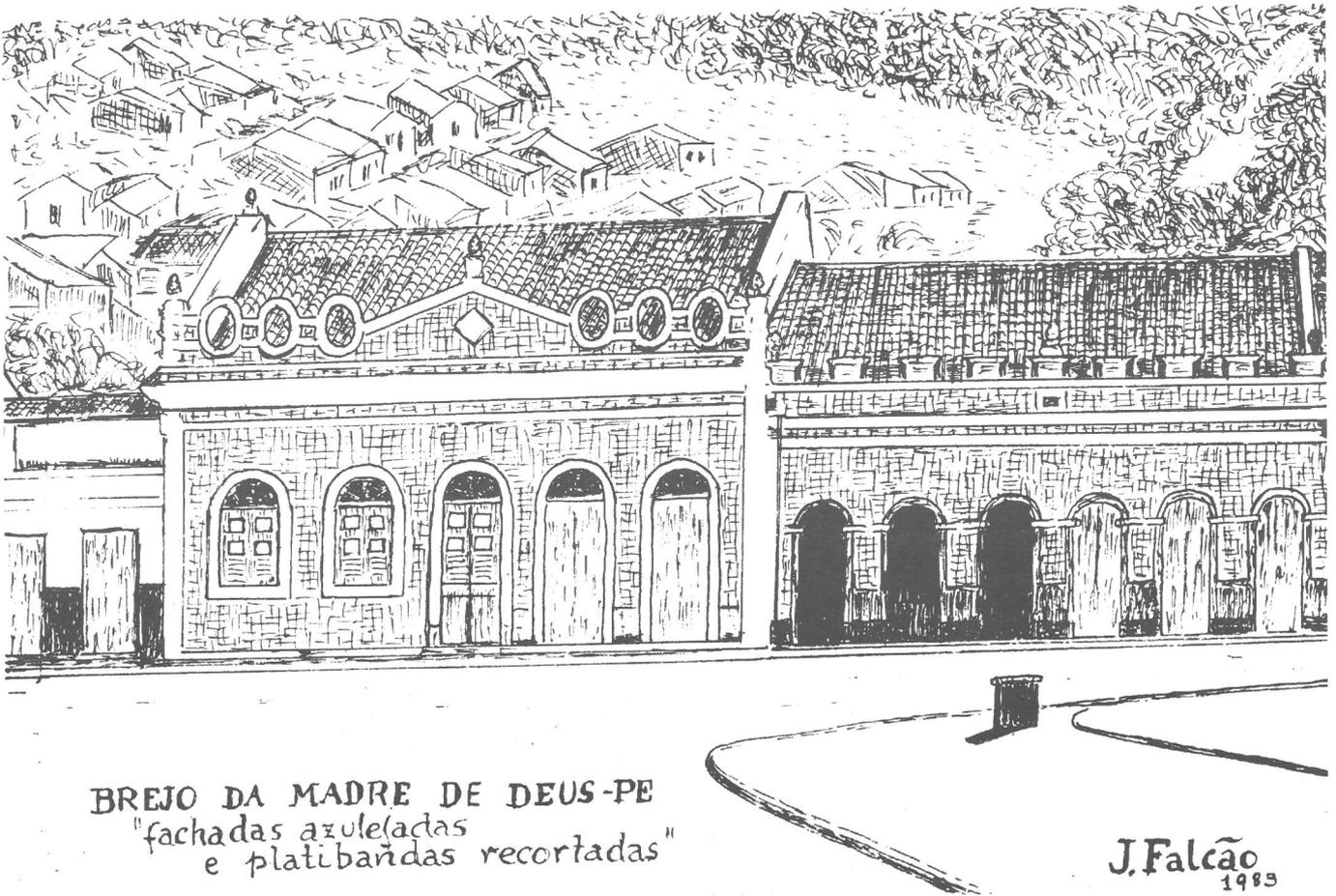
Utilizando uma lupa e com a preciosa colaboração do velho



amigo Cônego Duarte, consegui provas documentais de muitas histórias contadas pelas ruas, nos bares, esquinas, pontos de encontros noturnos, mas sem quaisquer registros nos anais da vida do Brejo no que tange à Administração Municipal.

Somente assim, tive condições de provar e dizer algo a mais sobre o Brejo da Madre de Deus, onde catalogando cronologicamente livros antigos da Paróquia, bem como Arquivos particulares e fontes diversas, me foi possível formar grande parte da História que ainda não havia sido publicada.

Newton Thaumaturgo



BREJO DA MADRE DE DEUS-PE
"fachadas azulejadas
e platibandas recortadas"

J. Falcão
1983

PREFÁCIO

***“Eu nasci no município
De José, pai de Jesus
Lá do alto do Cruzeiro,
Ele vela os filhos seus.
Eu nasci numa terra linda,
O Brejo da Madre de Deus!”***

Sobre essa terra linda, o autor, Newton Thaumaturgo, traz aos brejenses, aos pernambucanos, aos brasileiros enfim, a "História do Brejo da Madre de Deus", tão esperada por quantos sabem de sua riqueza, de sua beleza, de seu pioneirismo, mormente tratar-se da narração histórica de um dos mais antigos municípios do Estado de Pernambuco.

Quis o escritor, após incessantes pesquisas para escrever a sua obra, tanto quantas lutas para publicá-la, que um filho do Brejo fosse o seu prefaciador. Para nós, uma grande e grata responsabilidade que, em última análise, significa uma forma de representar aqueles que, como nós, nasceram nessa querida terra.

Alguém já nos disse, e não nos recordamos quem, que o prefácio de um livro é aquela parte que, em geral, escreve-se no fim, coloca-se no começo e ninguém lê. Menos por nós e mais pelo autor, pela pesquisa, pelo interesse, pela obra em si, pela descrição de fatos históricos de um município que fez história, cujos momentos de vida, a tantos enternece, gostaríamos que o contrário acontecesse. Seria dizer um pouco de Newton Thaumaturgo e sua obra, na visão de quem, mesmo sem privar de sua maior

intimidade, fez jus à sua confiança, ao receber de suas mãos os originais da História do Brejo da Madre de Deus. Na visão de quem sempre se mostrou interessado por tudo que diz respeito à sua terra e que cobrava dos seus filhos ou daqueles que assim se tornaram, pelo amor irrestrito que aprenderam a dedicar ao Brejo, a publicação da história do seu município.

Deixamos o Brejo, numa longínqua manhã de domingo, em abril de 1941. Muitos anos após, na década de 70, voltamos ao Brejo; desta vez acompanhado de mulher, filhos e familiares. Para que pudessem sentir o que era amar o Brejo, vez que durante anos, ouviram e sentiram eles o calor, o sentimento e o nosso orgulho natural, tanto quanto de outros brejenses que conosco conviveram. No caminho, a demora e a ansiedade eram inquietantes. Havia uma vontade incontida de ver, sentir e avaliar essa terra tão falada. De repente, o Brejo! toda, ou quase toda a cidade à vista, do alto da estrada velha que nos conduzia a ela, passando por Jaracatiá. Próximo à casa do velho Antônio Coelho, vislumbrava-se a pérola da nossa infância, os recantos da nossa saudade e a imagem do que será eterno. Era a visão completa daquele anfiteatro natural, entre as Serras da Prata, do Ponto e do Estrago. Cenário de imorredouras recordações. De pronto, a visão do nosso nascer, do nosso crescer; da gente, das casas, das ruas, dos amigos, da escola, das igrejas, das festas, de seu chão fértil e de tantas coisas mais.

Tudo isso é o que descreve nesse livro, o Jornalista Newton Thaumaturgo, nascido no Recife e profundo estudioso da história do Brejo da Madre de Deus. Como bem diz ele, amar o Brejo já é ser brejense.

A história municipal tem como órgão de máximo incentivo o Centro de Estudos de História Municipal, criado no interior da Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco-FIAM. No professor Luiz Delgado, já falecido, teve um "pioneiro" e "defensor constante da história local", como diz o próprio autor.

José Luiz Delgado, a quem também muito se deve, pelo incentivo e grande trabalho prestado à história municipal, assim se refere em artigo sobre o assunto: "De há muito Pernambuco se destaca no cenário nacional por reunir um contingente extremamente significativo, pela qualidade e pela quantidade, de memorialistas, cronistas e historiadores dedicados à memória do pequeno universo local em que nasceram - outro traço de pioneirismo pernambucano em matéria de culto do passado". Como bem descrevia ele, podemos dizer que Newton Thaumaturgo faz parte dos "pesquisadores que já trabalhavam por conta própria e por próprio amor". Não é um iniciante e se propõe a escrever a crônica do Brejo,

levantando todo o seu passado, numa incessante e paciente busca de muitos anos. Após a detida e prazerosa leitura dos originais desse livro, não temos dúvida que o autor é realmente um pesquisador de história, não deixando influenciar pelas asas da fantasia que, se predominantemente forte, o conduziria ao perigoso terreno do romantismo histórico.

De certa feita, conversávamos com Luiz Wilson, médico, memorialista notável e poeta, sobre a História do Brejo da Madre de Deus, já em andamento e que ora apresentamos. Ele nos dizia então: "quero ver essa história do Brejo, que tem ser bem escrita, pois é de uma imensa riqueza e que a muitos interessa". O Brejo, dizia ele, "é uma espécie de mãe"! Tantos municípios já tiveram a sua história contada. O Brejo não poderia ficar a reboque por tanto tempo. Os seus filhos, sobretudo, tanto quanto os demais pernambucanos, aguardam a publicação das memórias dessa tradicional e antiga comuna municipal. Parte dessas memórias, foram por nós vividas na infância, às quais damos o nosso testemunho. As famílias Falcão, Queiroz, Cordeiro, Muniz, das quais diretamente descendemos, se entrelaçam com as famílias Marinho, Maciel, Campos, Araújo, Batista, Amorim, Tavares, Magalhães, todas intrinsecamente ligadas à história do município. O Brejo é pois, uma grande família.

A curiosidade, diz Newton Thaumaturgo, foi a origem deste pequeno livro sobre a História do Brejo da Madre de Deus. A curiosidade do jornalista, que o levou à pesquisa histórica e a modéstia do homem, que o levou à escrever "um pequeno livro". Um pequeno livro sobre uma grande terra. Uma grande coragem de um homem simples. A partida foi alimentada pelo amor ao Brejo, incentivada pelo amigo Cônego Duarte Cavalcanti, pároco de então, que lhe fez dispor do quase bicentenário arquivo paroquial. A "Enciclopédia Nacional dos Municípios Brasileiros" e as estórias do bôca a bôca, o arranque inicial. No mais, os documentos imprescindíveis e as mais diversas fontes, a serem diligente e pacientemente consultadas, por quem se dedica a uma tarefa dessa natureza. A expectativa de quem espera o contar dos fatos que aconteceram nesses mais de duzentos anos do Brejo da Madre de Deus, é representada simbolicamente no palpitar do coração daquele que nós chamamos o patriarca do Brejo, Alípio Magalhães da Silva Porto, o Sinhôsinho; 96 anos de vida exemplar, de amor e dedicação ao Brejo. Na sua lucidez quase centenária, a ânsia inquietante de quem tanto participou dessa história e de quem tanto se interessou por ela. Muitas informações foram por ele transmitidas ao Newton Thaumaturgo.

Nas pesquisas iniciais, fala-nos o autor de uma quase polêmica sobre a data e local da fundação do Brejo da Madre de Deus, entre Mário Melo e José Queiroz, Jornalista e ex-Prefeito do Município. É de todos conhecida a existência de tribos diversas em localidades próximas à cidade do Brejo.

Sobre a fundação do Brejo da Madre de Deus, antes mesmo da publicação deste livro, o autor entrou em polêmica com estudioso da nossa história, a respeito do fundador ou fundadores, aparentemente discordantes que são as suas opiniões. Para Newton Thaumaturgo, que se baseia na "Enciclopédia Nacional dos Municípios Brasileiros", nos arquivos da paróquia e demais pesquisas, o município do Brejo, surgiu na localidade denominada Tabocas, ainda hoje existente, onde se estabelecera o português André Cordeiro. Diferencia ele, quanto ao nascimento do município, que aí teria iniciado, e o nascimento da cidade do Brejo, a qual foi fundada pelos padres recoletas da Congregação de São Felipe de Nery. No capítulo IV, que trata da denominação, desmembramento, freguesia e patrimônio, o autor nos diz que "a fundação do Brejo da Madre de Deus, foi em 1751 e a da cidade em 1752," todavia, diz também com muita evidência, o seguinte: "que a uns trezentos anos passados, aqui em Brejo, havia se fixado o português André Cordeiro, tendo povoado o lugar Tabocas, onde residiu." Comparando com as pesquisas pessoais e penosas, o autor faz referência que no arquivo paroquial encontrou um registro de óbito, em livro de 1818, de uma mulher que contava 75 anos de idade, casada, residente no Brejo e que, por dedução, nascera no ano de 1743, antes portanto da chegada de padres recoletas. Apresenta ainda o autor, dados que justificariam a discordância existente no tocante à doação das terras à freguesia do Brejo, ainda não criada à época.

As terras, conforme o autor, e com base em suas pesquisas, seriam do lusitano André Cordeiro.

No capítulo IX o autor volta às "provas da fundação", dizendo tornar-se "até enfadonho, tantas notas com relação a um só fato". Fato que o autor afirma não ser de sua criação, mas com base em "acuradas pesquisas". Em "Memórias Históricas da Província de Pernambuco", volume 1, páginas 68/69, o autor, José Bernardo Fernandes Gama, registra que "a Villa do Brejo foi erecta no ano de 1833". Diz mais, que "há 85 anos que o Brejo principiou a ser habitado", assinalando assim que havia povoação no ano de 1748, três anos antes da chegada dos recoletas do Oratório da Madre de Deus. Com esse registro Newton Thaumaturgo coleta mais um dado em favor de seu ponto de vista que é, a seu entender e de tantos outros, o ponto de partida da existência do Município do Brejo da Madre de Deus. A publicação da FIDEPE, de 1982 e oriunda da "Enciclopédia Nacional dos Municípios Brasileiros"-1958, absorve a tese defendida pelo autor quando discorre sobre a história do Brejo da Madre de Deus. É de se perguntar, afinal: por que não a polêmica? A história do Brejo precisa ser contada, divulgada, discutida até. Esse é um desejo abençoado, sobretudo para aqueles que cultuam a terra linda, o Brejo amado, a memória de nosso querido município, de tantas e tantas tradições. Como bem já disse Gustavo Krause, por ocasião do 10^o. aniversário da

FUNDARPE: "ao apagar o elo da tradição morre a cultura". A cultura, segundo ele, não é um bem supérfluo, significando ainda "a identidade comunitária". Saudades, lembranças, emoções renovadas! é o mínimo que sentirão os brejenses e todos aqueles que gostam do Brejo, ao lerem as páginas dessa obra que o autor nos oferece, fruto de um denodado esforço, digno do nosso reconhecimento. Revivemos a nossa infância, as nossas vidas, os nossos elos. Nas ruas de nossa terra, nas casas de nossas ruas. Um momento, uma pessoa, uma lembrança, uma saudade:

***Ouçó os ecos de um dobrado
Na rua de minha cidade
"Laranjeiras", o velho sobrado,
Recanto da minha saudade.***

Tipos populares retornam às nossas mentes: Sá Aninha, Badé, Cajarana, Seu Cícero, Neco Cabecinha e tantos outros. A professora, D. Glorinha, mestra de muitas gerações, hoje aposentada. Convivendo com alunos apimentados como "Beca de Doro", Toinho de "seu" Gustavo, o Sarará e Luiz de D. Laura, mais tarde o famoso Silveirinha, destacada figura do rádio pernambucano e há pouco tempo falecido. O Cine Carlos Gomes, ao lado da Igreja do Bom Conselho é ponto de encontro da antiga sociedade brejense. Com Amaro Maciel, o "Marú", deleitando a todos com o seu trombone e acompanhamento, enquanto, na tela, desfilavam os astros de então. Tudo, em plena mudez. Lá estavam, Tom Mix, Tim Mc Coy, Hoot Gibson, Bufallo Bill, Richard Talmadge, Bucky Johnes, Bob Steele, os preferidos "cow-boys". Lembramo-nos dos carnavais; os entrudos, as limas de cheiro, os blocos, a "La Ursa". A tradicional rivalidade, os carnavalescos do Brejo e de Fazenda Nova, distrito querido e famoso. Aliás, sempre desejoso de emancipação. Em destaque, desde a inauguração de sua fonte de águas minerais até o belíssimo espetáculo da Paixão de Cristo, em Nova Jerusalém.

Falar das casas senhoriais do Brejo, dos sobradões azulejados, da cadeia, das águas do cacimbão, do escorrêgo, é reviver na memória os acontecimentos que muitos viveram e transmitiram aos que lhes sucederam.

Newton Thaumaturgo é um "Jornalista Matuto", como bem o disse Albérico Magalhães Porto, que o conheceu no Brejo, ainda menino "a participar dos programas da Difusora do

Cônego Antônio Duarte".

Nascido no Recife, casado com uma brejense e pai de três filhos. Iniciava como "jornalista interiorano", escrevendo para um pequeno jornal da Escola Cônego Rochael, do Brejo. Correspondente do "Jornal do Commercio,(Recife) no Interior. Ajudou na organização do Arquivo Paroquial do Brejo. Por duas vezes foi Vereador. Participou de quase todas as atividades sócio-culturais e desportivas do município. Promoveu o 1º Encontro de Jornalistas do Interior de Pernambuco, na cidade do Brejo. Um ano após, realizou o 2º Encontro em Fazenda Nova, com a participação de Plínio Pacheco. Em Caruaru continuou escrevendo para a Rádio Difusora e jornais "A Defesa" e "Vanguarda". Correspondente do "Diário da Manhã". Sócio da Associação de Imprensa de Pernambuco, Secretário Administrativo da Câmara de Caruaru e Assessor Legislativo de várias Câmaras Municipais. Publicou, através da FIAM, o livro "História de Panelas- Terra dos Cabanos". Publicou ainda o livro "O Barão de Buíque -também Barão do Poço". Newton Thaumaturgo luta contra a depredação dos registros históricos: livros, placas, árvores, bustos, estátuas, documentos, pinturas e objetos outros. É, na sua simplicidade, um modesto defensor da História Municipal.

A Newton Thaumaturgo, os nossos agradecimentos pela escolha do prefaciador, jejuno em atividade que tais. A sua intenção, temos certeza, estribou-se na lembrança de homenagear os filhos do Brejo da Madre de Deus, os quais, modesta e orgulhosamente representamos. Enrequecida está, nessa obra, a memória municipal.

JOSÉ FALCÃO

Nota do autor: o prefaciador deste livro é Médico e já exerceu elevado cargo junto à Secretaria de Saúde de Pernambuco, tendo assumido por várias vezes as funções de Secretário da Saúde do Estado, mas acima de tudo, é uma pessoa humana maravilhosa, que honra sobremodo o Brejo e sua gente. Vale salientar que este Prefácio foi escrito há alguns anos passados, razão pela qual refere-se às pessoas de Alípio Magalhães("Sinhôsinho") e da Professora dona Glorinha Aguiar como vivas, quando vieram a falecer após a elaboração desse depoimento generoso.

“HINO DO BREJO

Letra: Cônego Antônio Duarte Cavalcanti
Música: Maestro Ulisses Lima

Entre as Serras do Ponto

Do Estrago e da Prata

Repousa o meu Brejo

Terra bicentenária

Cidade lendária

Outra terra não invejo

Quero bem ao meu Brejo

Onde tem tradição

Tem nobreza e tem fé

Quero bem ao meu Brejo

Onde impera, o senhor São José.

O meu Brejo tem montes

Tem rios tem fontes

Tem brejos sem fim

Outras terras não invejo

Quero sempre o meu Brejo

Inteirinho pra mim."

“HINO DO BREJO DA MADRE DE DEUS” - Sax Alto
(Música de Ulisses Lima - Letra do Cônego Duarte)

The image displays a handwritten musical score for Sax Alto, consisting of ten staves of music. The notation includes various rhythmic values, accidentals, and articulation marks. Key annotations include:

- Staff 1: A dynamic marking 'F' (forte) is present below the first measure.
- Staff 2: A dynamic marking 'P' (piano) is present below the final measure.
- Staff 3: A dynamic marking 'A' (accendo) is present above the first measure.
- Staff 4: Chordal annotations 'IV' and 'II V' are placed above the staff.
- Staff 5: A dynamic marking 'A' is present above the first measure.
- Staff 6: Chordal annotations 'IV' and 'II V' are placed above the staff.
- Staff 7: Fingerings '1 1' are indicated above the first two measures.
- Staff 8: Chordal annotations 'IV' and 'II V' are placed above the staff.
- Staff 9: A dynamic marking 'A' is present above the first measure.
- Staff 10: A dynamic marking 'A' is present above the first measure.

"HINO DO BREJO DA MADRE DE DEUS" - Trompete
(Música de Ulisses Lima - Letra do Cônego Duarte)

The image displays a handwritten musical score for a trumpet part. It consists of ten staves of music. The notation includes various rhythmic values, accidentals, and articulation marks. Key annotations include:

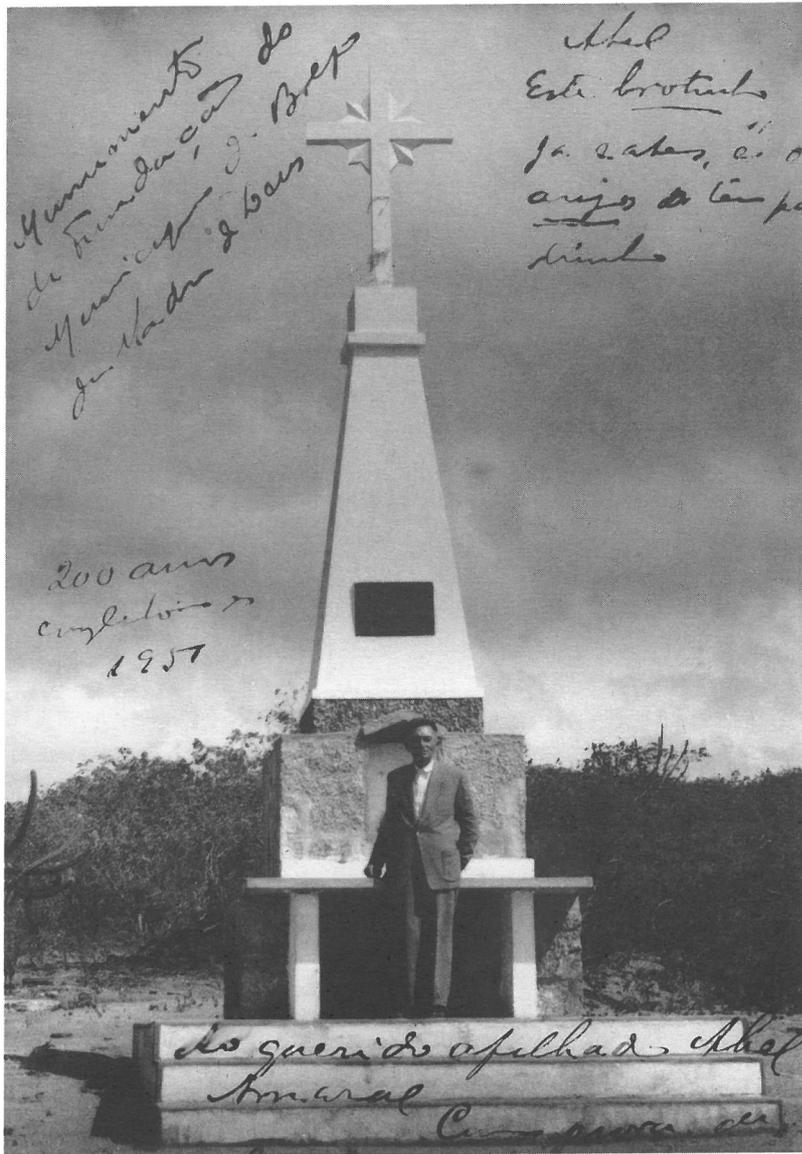
- Staff 1: A fermata over the first measure, followed by a '3' indicating a triplet.
- Staff 2: A '3' indicating a triplet.
- Staff 3: A '3' indicating a triplet.
- Staff 4: A '3' indicating a triplet.
- Staff 5: A '3' indicating a triplet.
- Staff 6: A '3' indicating a triplet.
- Staff 7: A '3' indicating a triplet.
- Staff 8: A '3' indicating a triplet.
- Staff 9: A '3' indicating a triplet.
- Staff 10: A '3' indicating a triplet.

Other annotations include 'F', 'A', 'I V', 'II V', 'I V', and 'Fin'.



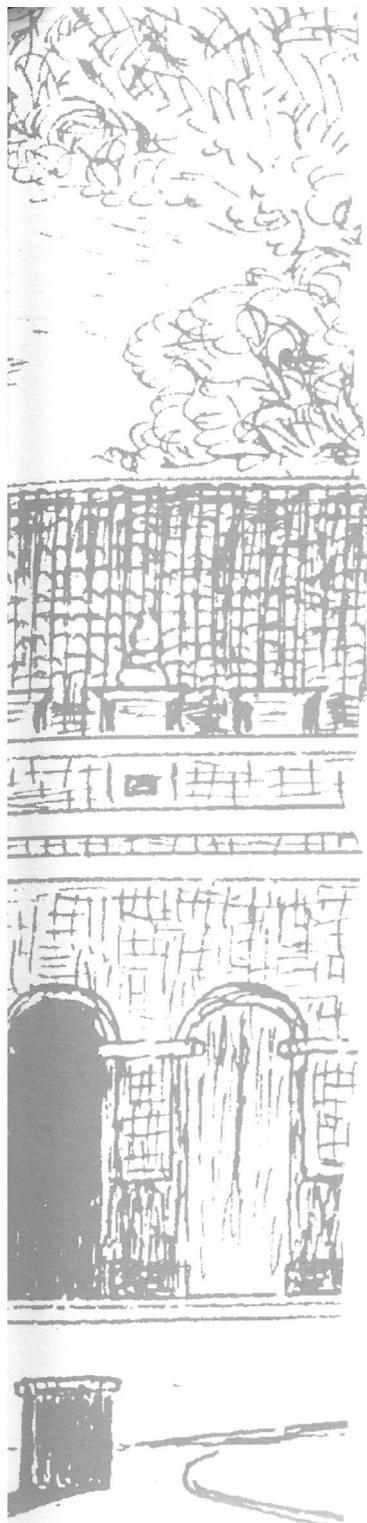
Alípio Magalhães





Monumento ao Brejo

DEDICATÓRIAS



Dedico este livro da História do Brejo da Madre de Deus, a todas as pessoas que escreveram comigo, direta ou indiretamente, estas páginas sobre a vida dessa comunidade valorosa do Agreste pernambucano. Vale ressaltar que algumas dessas pessoas ofereceram maior parcela de colaboração, no caso os amigos de saudosa memória, Cônego Antônio Duarte Cavalcanti, ex-Pároco do Brejo, principal incentivador para que eu escrevesse parte desta História em capítulos nas páginas do JORNAL DO COMMERCIO do Recife, o que ocorreu com a colaboração do inesquecível Jornalista Jorge Campello, responsável pela edição do então SUPLEMENTO DO INTERIOR daquele importante Jornal, isto semanalmente.

Honra-me bastante em saber que este livro representa um pequeno pedaço do coração do fervoroso e autêntico brejense que foi ALÍPIO MAGALHÃES DA SILVA PORTO - "Sinhosinho".

POST MORTEM

Uma dedicação póstuma toda especial ao inesquecível amigo:

Sr. ABÍLIO TELMO DA ROCHA BARROS, que como homem público e como cidadão comum, foi em vida um benfeitor, humilde mesmo quando deteve o poder político, generoso com os pobres e amigo dos amigos, e até dos que lhes faziam oposição pessoal e política. Dedicação que estendo com carinho à sua esposa recentemente falecida: **Dona Judith de Araújo Barros**.

IN MEMORIAM

Ao ardoroso brejense **Hisbelo de Queiroz Campos**, incansável batalhador pelas causas nobres do Brejo da Madre de Deus e que tão cedo pereceu, deixando, no entanto, idéias valiosas para que o Brejo chegue a ser uma cidade pujante e firme em suas tradições históricas.

A UMA GRANDE AMIGA DO BREJO:

À memória da grande amiga do Brejo e minha também, **BERENICE ARAÚJO**, que muito colaborou nas informações históricas, doando-nos várias fotos antigas para serem inseridas no livro sobre esta terra abençoada.



Abílio Telmo

DEDICATÓRIA ESPECIAL

Aos meus pais Antônio Thaumaturgo de Gervázio (falecido) e Adélia Maria de Gervázio com todo amor filial.

Aos meus irmãos Heráclito (falecido); Georgina ("Geó"), e a Bismarck, fraternalmente.

Aos meus queridos sobrinhos, todos filhos de minha irmã Geó (Georgina), com todo carinho.

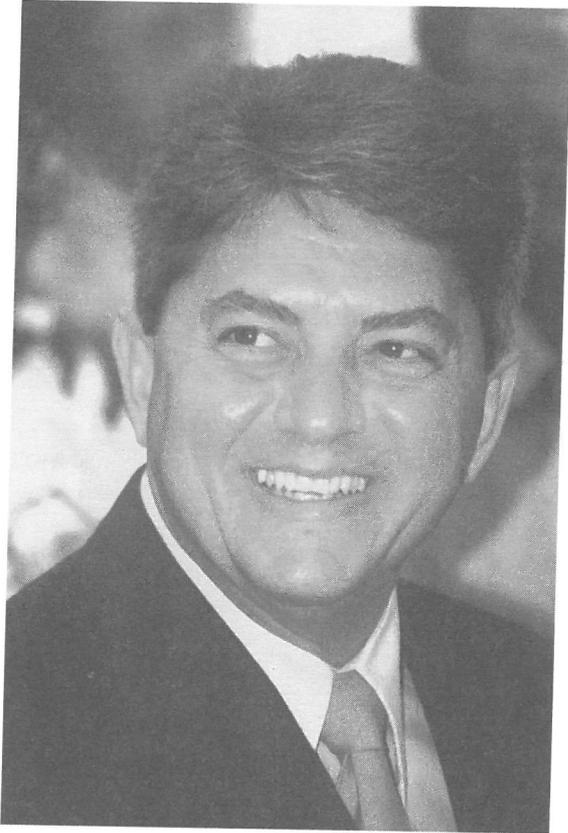
À minha esposa Hosana, aos meus filhos Newton Júnior, Anna Karollina e a Rilke Marconi; à minha nora Mônica, ao genro Fernando; aos meus netos Ageu, Lucas, Newton Neto, Morgana e Júlia, carinhosamente.



**Newton
Thaumaturgo**
Autor



**Heráclito
Thaumaturgo**
(In Memoriam)
Irmão do Autor



Roberto Abraham Abrahamiam Asfora
Prefeito de Brejo da Madre de Deus



José Antônio Felipe
Presidente da Câmara de Vereadores
de Brejo da Madre de Deus

HOMENAGEM AOS QUE FAZEM O GOVERNO MUNICIPAL

Gestão 2001/2004

Prefeitura Municipal:

Prefeito Roberto Abraham Abrahamiam Asfora
Vice-Prefeito Padre Antônio de Almeida Maciel

Câmara Municipal de Vereadores:

José Antônio Felipe - Presidente da Câmara
Josefa Maria do Carmo Ferreira da Silva - Vice-Presidente
Carlos Marques da Trindade - 1º Secretário
Pedro Marcone de Souza Barros - 2º Secretário
Anailton Magno de Miranda Bezerra
Francisco de Assis de Oliveira
Júlio Batista Diniz
Hilário Paulo da Silva
José Lourivalo Gomes
Nelson José dos Santos
Severino Francisco de Carvalho

*Nossas homenagens a todos os Servidores Municipais do Brejo da Madre de Deus,
compreendendo Secretários, Diretores e Prestadores de Serviços
junto à Prefeitura e Câmara Municipal.*

AGRADECIMENTOS

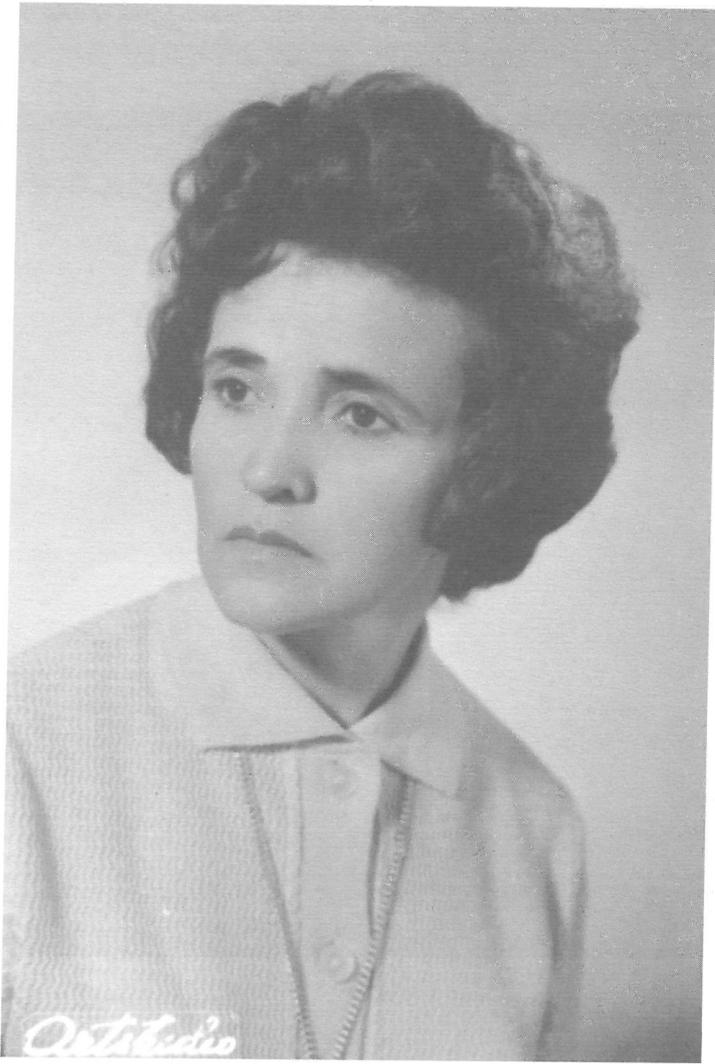
à: Dulce Pinto
Dr. José Falcão
Professora Leonor Falcão
Jornalista José do Patrocínio
Professora Margarida Pinto
Dr. Rui Uchoa Cavalcanti
Diva e Plínio Pacheco

HOMENAGENS

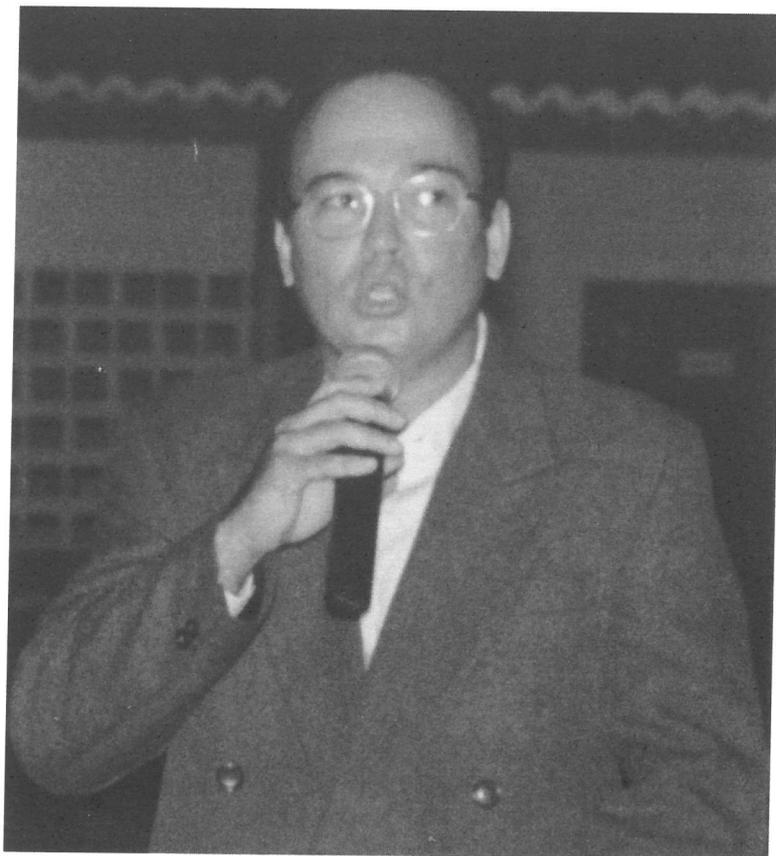
Ao dileto amigo ex-Presidente da Câmara e ex-Vice-Prefeito deste município, MIGUEL JOSÉ DA SILVA, ("Miguel Lourenço"), com todo apreço por ser ele um amante desta terra da Madre de Deus.

Aos Vereadores e ex-Vereadores: Dr. Antônio Henrique Saraiva de Moraes (ex-Presidente da Câmara Municipal); Júlio Batista Diniz, 1º. Secretário; Lourival Gomes da Silva, 2º. Secretário; Professora Maria José Arruda Siqueira; Nelson José dos Santos; João Gomes de Lira; Josefa Maria do Carmo Ferreira da Silva; Manoel Deodato da Silva; Israel Cordeiro de Almeida e Homero José dos Santos.

Ao escritor e amigo Dr. RONALDO SOUTO MAIOR, Professor, Historiador e Poeta, um abnegado pelas causas municipais, especialmente de sua terra natal, Bezerros PE.



Dulce Pinto
Diretora do Museu
Histórico do Brejo



**Antônio
Henrique**
Médico
Ex-Vereador
Ex Presidente da
Câmara Municipal

Aos amigos e companheiros de trabalho, municipalistas autênticos, Drs. Ronaldo Melo da Silva, Bernardo de Lima Barbosa, Luiz Teófilo e Miguel Almeida, entre outros, residentes em Caruaru, com a amizade sincera.

Ao inolvidável Professor LUIZ DELGADO, pioneiro e defensor constante da História Local. Mesmo depois de sua morte, seu trabalho honesto e competente, permanece como imagem viva e dinâmica, sempre regado pelo seu filho culto e probo, Professor José Luiz Delgado, que reside em Recife.

RECONHECIMENTO

À juventude brejense, pela convicção de que o futuro do Brejo da Madre de Deus não está no aumento de sua população ou de seus edifícios, mas na capacidade e inteligência dos filhos, e especialmente no amor de todos por um Brejo forte e firme nas suas decisões.

À formação religiosa do povo desta terra de São José, para que a Fé permaneça inabalável em DEUS.

Finalmente, ao **DIVINO ESPÍRITO SANTO**, meus agradecimentos por me haver iluminado no caminho da perseverança, mostrando-me que o Bem sempre haverá de vencer o Mal, venha de onde vier.

O Autor

DADOS PESSOAIS DO AUTOR

Nome: Newton Thaumaturgo, brasileiro, Técnico em Assessoria Legislativa Municipal nascido em Recife-PE no dia 30 de agosto de 1937, filho de Antônio Thaumaturgo de Gervázio e Adélio Maria de Gervázio, casado com Hosana Pinto Thaumaturgo, de cujo matrimônio nasceram Newton Júnior, Anna Karollina e Rilke Marconi, sendo avô de Ageu, Lucas, Morgana, Newton Neto e Júlia. Reside há muitos anos na cidade de Caruaru-PE.

É Sócio Benemérito da União dos Vereadores de Pernambuco, Secretário Administrativo da Câmara Municipal de Caruaru-PE, ex-Vereador por duas Legislaturas no Brejo da Madre de Deus, foi Correspondente do Jornal do Commercio (Recife), Diário da Manhã (Recife) e outros Jornais, tendo atuado no Departamento de Jornalismo da então Rádio Difusora de Caruaru e como Sócio da Associação da Imprensa de Pernambuco (Matrícula No. 2269), promoveu Encontros de Jornalistas do Interior de Pernambuco em Brejo da Madre de Deus e Fazenda Nova.

Foi Secretário Geral das Prefeituras Municipais de Cupira e Panelas e Assessor Especial do Prefeito de Lagoa dos Gatos PE, cargos que exerceu simultaneamente na década de 1970, por vários anos. Atualmente é Assessor Legislativo de Câmaras de Vereadores Municipais.

Participou com aproveitamento elogiável do CURSO DE DIREITO PÚBLICO PARA VEREADORES, ministrado pela Escola Nacional de Serviços Urbanos-ENSUR, sob os auspícios da Secretaria de Planejamento da Presidência da República-SEPLAN, através da Secretaria de Articulação com os Municípios-SAREM, em 13.01.1985-Rio de Janeiro-RJ. Fez o CURSO DE TÉCNICA LEGISLATIVA ministrado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM- Rio de Janeiro-RJ em 1988. Fez o CURSO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA ministrado pela ENSUR e IBAM-Rio de Janeiro-RJ em 1973. Frequentou o CURSO DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA promovido pela Fundação Instituto de Administração Municipal-FIAM, órgão do Governo de Pernambuco, realizado em Caruaru-PE no período de 15 a 19.07.1970.

PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS

Participou como convidado especial, do 1º Congresso Nacional de Funcionários de Câmaras Municipais, realizado em Blumenau - Santa Catarina, em agosto de 1986, com o seguinte programa: "O Novo Processo Legislativo"- Professor Mayr Godóy; "A Nova Organização Municipal"- Professor Castro Aguiar; "Novo Enfoque de Gerência Administrativa e Financeira das Câmaras Municipais"- Professor Raul A. da S. Neves; "Fontes de Informações para o trabalho parlamentar", - Professor Stanislau Stein; "O Vereador e o Funcionamento da Câmara Municipal"- Professor Michel Miguel Temer Lulia; "Movimentos Comunitários e a Câmara Municipal"- Professor Luís Aureliano Gama de Andrade; no Congresso realizado em Blumenau, acima mencionado, presidiu a Mesa sobre o Painel "O VEREADOR E O FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL."

Participou ainda dos Congressos Nacionais de Vereadores promovidos pela UVB(União dos Vereadores do Brasil) nas seguintes cidades e Capitais brasileiras: Brasília-DF; Rio de Janeiro-RJ; Recife-PE; Natal-RN; Fortaleza-CE; Porto Alegre-RS; São Paulo-SP; Salvador-BA; Vitória-ES; Manaus-AM; Camburiú-SC; Gramado-RS; Foz do Iguaçu-PR; tendo em uma dessas oportunidades, conduzido Vereadores de Caruaru, Brejo da Madre de Deus e outros Municípios, a conhecerem o Parlamento Argentino em Buenos Aires, e ainda a visitar cidades como Punta Del Leste e Montevideú, Capital do Uruguai e também a cidade de Assunção, Capital do Paraguai, além de outras cidades desses Países.

Participou também de Encontros de Legisladores e Técnicos Municipais nas cidades de Juiz de Fora, Minas Gerais, Pelotas no Rio Grande do Sul. Participou em julho de 1992 da 1ª Conferência Internacional do Poder Local, sob a direção do renomeado Mestre em Direito Público, Professor Diogo Lordello de Mello; do VII Congresso Nacional dos Servidores de Câmaras Municipais e do 1º Encontro de Informática Legislativa, e do XXV Congresso de Técnicos em Administração Fazendária Municipal, realizado na Universidade Católica de Pelotas-RS.

Como convidado especial da União dos Vereadores de Pernambuco foi o Debatedor com o renomado Mestre Professor Pinto Ferreira, no 1º Encontro de Constituintes Municipais de Pernambuco, realizado no mês de fevereiro de 1989 na cidade de Caruaru-PE, quando se analisou o ANTEPROJETO DE

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Foi palestrante no 1º. FORUM DE DEBATES DE VEREADORES PERNAMBUCANOS na cidade de Garanhuns-PE, promovido pela UVAM (União dos Vereadores do Agreste Meridional), bem como no 2º. FORUM na mesma cidade, onde foi agraciado com uma placa metálica considerando-lhe UM DOS MELHORES MUNICIPALISTAS DE PERNAMBUCO, isto através de escolha por votação secreta de todos os Vereadores participantes.

Foi autor de ANTEPROJETOS DE LEI ORGÂNICA para mais de 50% dos Municípios de Pernambuco. Proferiu palestras a convites, nas seguintes cidades entre outras: Caruaru, Cabo, Gravatá, Chã Grande, Pombos, Paulista, Olinda, Camocim de São Félix, Brejo da Madre de Deus, Garanhuns, Pesqueira, São João, Salgueiro, etc.

No dia 31 de março de 1985 a convite, foi palestrante no ROTARACT CLUB DE CARUARU, sobre Poder Legislativo Municipal, em reunião festiva realizada naquele dia, tendo recebido Certificado do aludido Club.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HONORÍFICAS

É "Cidadão de Panelas", título concedido por unanimidade dos Vereadores daquele Município; recebeu solenemente a MEDALHA DO CENTENÁRIO GRAVATÁ-1993; foi agraciado com o Certificado de HONRA AO MÉRITO da cidade de Gravatá-PE; recebeu a MEDALHA DA IMPRENSA DO INTERIOR DE PERNAMBUCO; o Auditório da Casa do Vereador na Cidade do Recife foi denominado pela Diretoria da União dos Vereadores de Pernambuco de "Auditório Municipalista Newton Thaumaturgo"; foi distinguido por Certificados de Honra ao Mérito de vários Municípios pela colaboração que ofereceu quando da elaboração das Leis Orgânicas Municipais em Pernambuco. Parte da história de sua vida foi gravada pelo "Museu do Som e da Imagem" em Caruaru-PE.

OBRAS PUBLICADAS E A PUBLICAR:

História de Pannels-Terra dos Cabanos - 1ª. Edição 1980

O Barão de Buíque -1993

História de Pannels-Terra dos Cabanos- 2ª Edição -1998

História do Brejo da Madre de Deus - 1º. Volume - 2001.

Políticos no Agreste- Fatos Curiosos- a publicar.

Outros trabalhos estão prontos, mas sem títulos, a publicar.





Sr. Joaquim Herculano do Amorim
(In Memoriam) Pecuarista

D. Zuleide Araújo

Viúva do Sr. Joaquim Herculano do Amorim

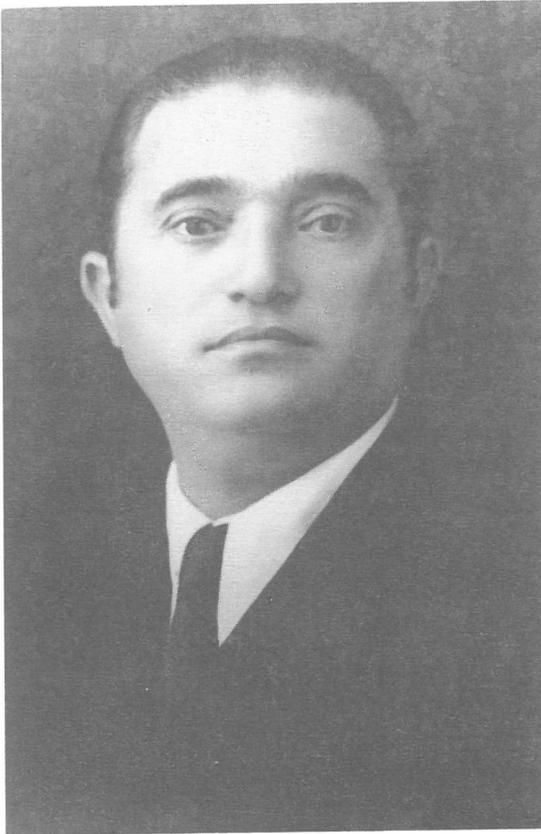




D. Judith Araújo
(In Memoriam)
Uma Grande Senhora



D. Cordeira
(In Memoriam)
e filhas



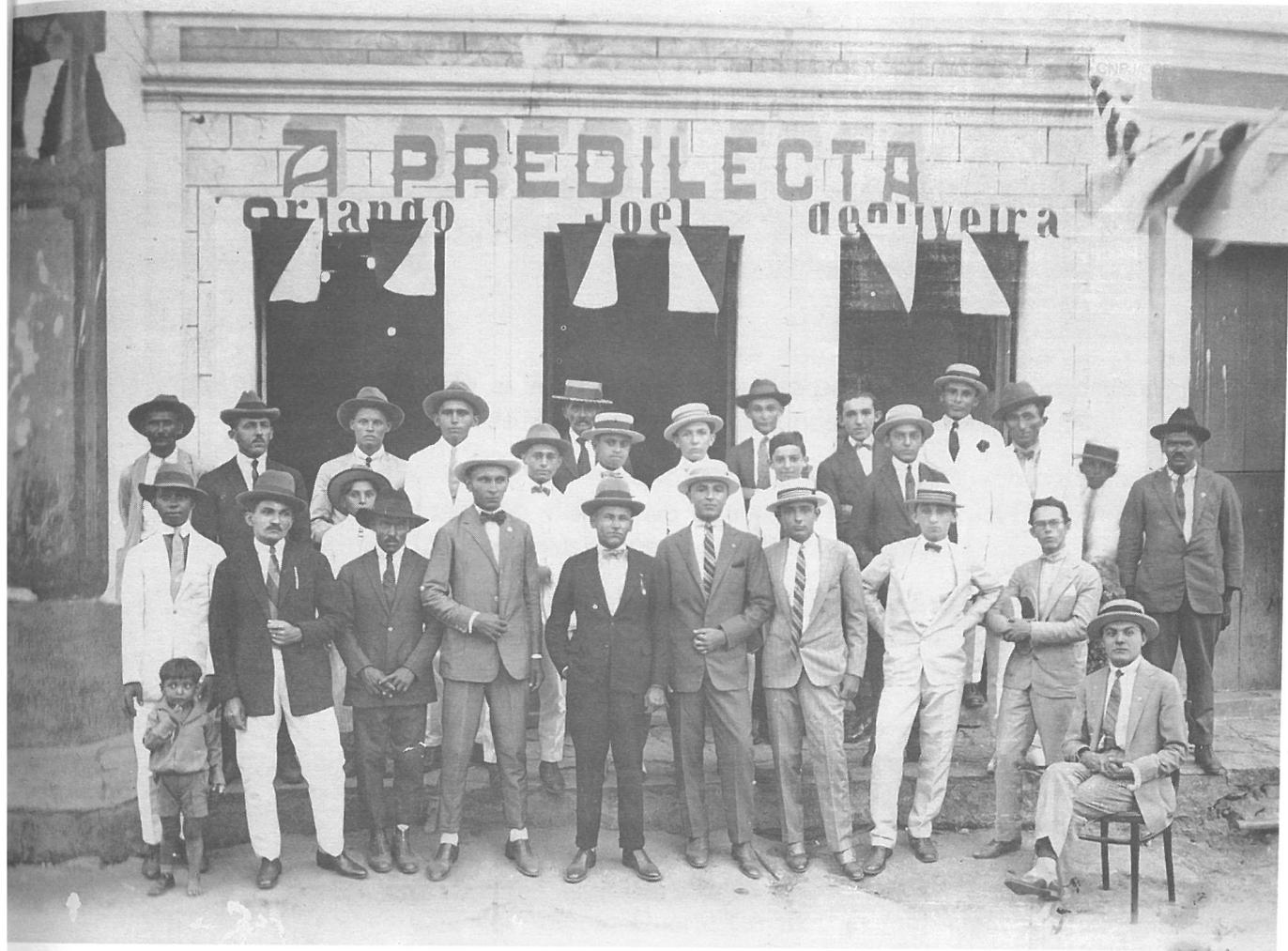
Sr. Gustavo Falcão
(In Memoriam)



Sr. Marcos Tavares de Melo
"São Caboclo" (In Memoriam)



***Sete de Setembro foi fundada a equipe
do Independente Futebol Clube***



*Casa comercial do Sr. Orlando Joel de Oliveira,
pai do jornalista José do Patrocínio Oliveira.*

CAPÍTULO I

As Pesquisas

Há muitos anos passados, o grande pesquisador Mário Melo, escrevia algo na imprensa pernambucana, a respeito do Município do Brejo da Madre de Deus, cuja fundação já é bicentenária.

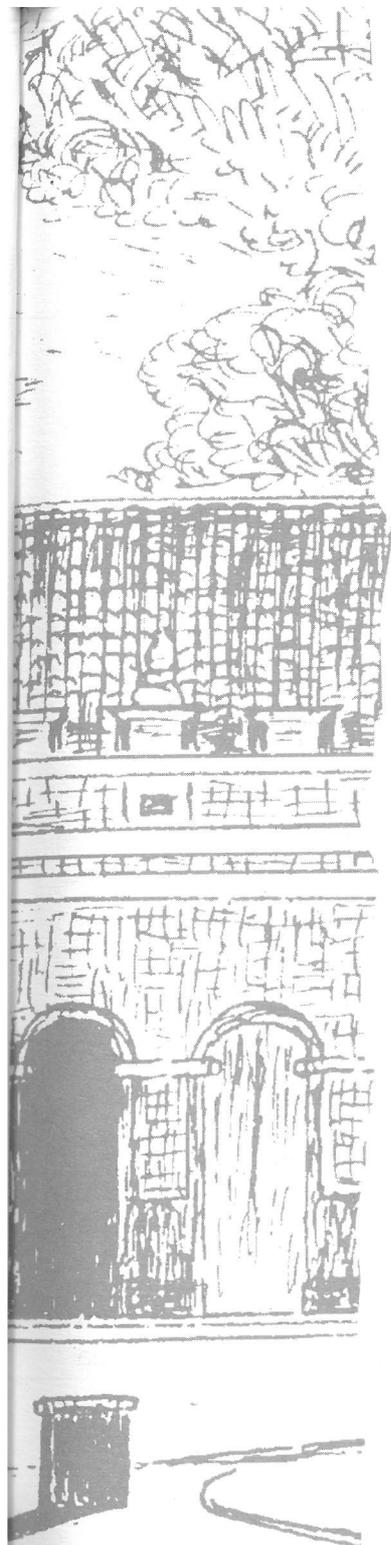
Com ele quase à polêmica, sobre a data exata e local da fundação, discordava o também jornalista e ex-Prefeito do Brejo, Sr. José Queiroz, mais conhecido por "Seu" Queiroz.

No dia 18 de junho de 1964, o autor deste livro, fizera um relato onde discorrera com minúcias, baseando-se em pesquisas, várias datas de fatos históricos ocorridos na mencionada comunidade interiorana.

A História do Brejo da Madre de Deus é por demais fabulosa e patriótica, pelos fatos registrados nos arquivos da Paróquia e do Município, embora este último bastante desfalcado, com referência às datas mais antigas dos acontecimentos das ocorrências políticas e sócio-religiosas.

Em dias de julho de 1964, juntamente com o Pároco Cônego Antônio Duarte Cavalcanti, me surgiu a oportunidade de ler e verificar minuciosamente o Arquivo da Paróquia, onde o Livro mais antigo encontrado data do ano de 1792.

Fica-se boquiaberto, perplexo, ao observar-se a



organização dos registros antigos, verdadeiros tesouro histórico do Brejo da Madre de Deus.

Se o intelectual e mestre Mário Melo estivesse vivo, procuraria melhores informes e detalhes dos fatos que ficaram omissos na história do aludido Município pernambucano, principalmente, quando ele, Mário Melo, tinha conhecimento de várias localidades onde habitaram tribos diversas em furnas adjacentes à cidade do Brejo, o que se pode provar com a existência de efígies rupestres, caricaturas pintadas nas locas onde viveram esses nativos.

Para exemplificar, existe uma furna localizada no Sítio Estrago, há dois quilômetros mais ou menos da cidade onde se constatou um armistício entre os índios carirís, pacto este, feito através de sinais simbolizados em figuras das mais diversas, isto em rochas vivas que permanecem até hoje. Observa-se com facilidade de acesso, caricaturas de animais ferozes, aves de rapina, guerreiros indígenas, etc. Foi o próprio Mário Melo que afirmava tal armistício. Nesse mesmo local uma equipe de Arqueologia da Universidade Católica de Pernambuco descobriu um Cemitério Indígena com outros objetos valiosos historicamente falando, sob a coordenação da arqueóloga Jeannette Maria Dias de Lima. Alguns desses importantes achados encontram-se expostos no Museu Histórico do Brejo da Madre de Deus, que tem Dulce Pinto como Diretora-Fundadora e fica à Rua São José, na cidade.

Com a utilização de uma lupa, dados valiosos foram conseguidos para a História do Brejo, quando foi possível encontrar-se no Livro mais antigo do Arquivo Paroquial, que data do ano de 1792, à página primeira, o registro inicial de um Termo de Batismo verificado no lugar "SANTA ROZA", da criança chamada ANNA, filha do cidadão Manoel Cordeiro Paschoal e de Maria Joaquina Roza, tendo sido padrinhos José Américo Cordeiro e Anna Rita de Mello, ato solene efetuado pelo Padre Manoel d'Assumpção, que era tido como Administrador da Freguesia, uma vez que não havia Vigário nomeado.

No ano de 1793, foi também batizado um menino que se chamou na Pia Batismal de THOMAZ, filho do Capitão Thomaz d'Araújo d'Albuquerque, e neto do Tenente-Coronel José Álvares da Silva, este natural da Freguesia do Cabo, neste Estado.

No ano de 1802, isto é, 20 anos antes da Independência do Brasil proclamada por Dom Pedro I, verificamos que na Igreja-Matriz de São José, foi batizado um filho de escravo, por sinal de "uma

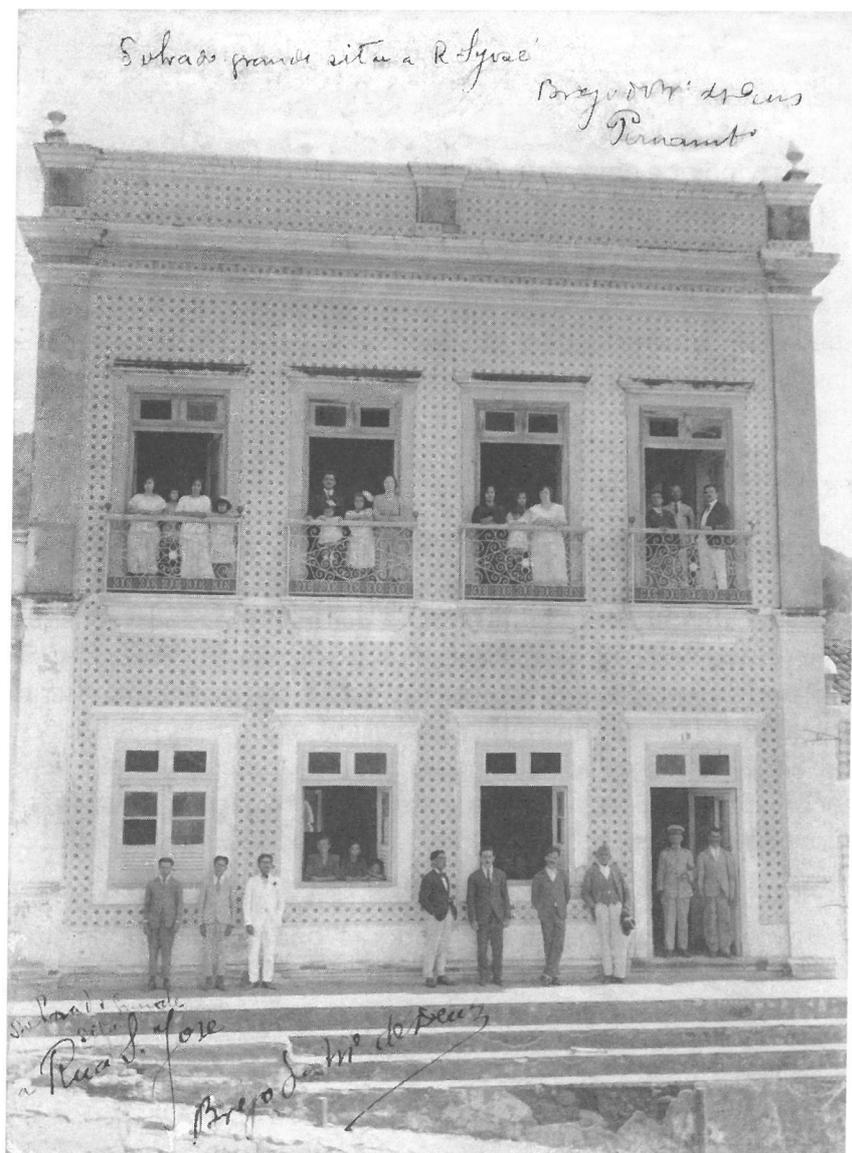
escrava solteira", a quem chamavam por Maria, e que era natural de Angola, tendo o seu filho recebido o nome de "Jenuário", e se dizia: "Jenuário filho de Maria de gentis de Angola" ("Ipsis litteris virgulisque"), ou seja: mesmas letras e vírgulas.

Vêm-se assim, alguns dados a mais de uma série, desse rincão que fica circundado pelas imponentes Serras do Estrago, da Prata e do Amaro.

Fatos inolvidáveis como a participação de filhos do Brejo da Madre de Deus que lutaram bravamente na Guerra do Paraguai. Notas históricas como a da construção de um ponto de observação no topo da Serra do Ponto onde existem muitas lendas a respeito, bem assim diziam da existência de uma jazida de chumbo ou outro metal semelhante, pois havia uma espécie de pedra que com alta temperatura derretia-se igual ao chumbo.

Quanto ao "ponto" na Serra do Ponto, muitas pessoas diziam que fora construído pelos holandeses quando estiveram dominando Pernambuco, outros que tratava-se de um ponto para levantamento de um Mapa de Pernambuco, etc., entretentes, em matéria publicada no Jornal do Commercio do Recife em 29 de outubro de 1988, à página 6 do último caderno, sob o título "TORRE É PIRÂMIDE, REVELA PESQUISA", ficou esclarecido que esse "ponto" foi na verdade mandado construir pelo engenheiro francês Louis Leger Vauthier no ano de 1843, certamente quando da construção da Cadeia Pública do Brejo que foi por ele também projetada. Essa descoberta coube a localização de um manuscrito pelo estagiário de História, Hamilton Marcelo de Moraes Lins Júnior, e custou aos cofres públicos da Província de Pernambuco a quantia de 153\$200 réis. Essa TORRE media cerca de 4 metros de altura no início do Século, e tendo em vista depredações de moradores e curiosos antigos encontra-se reduzida a 1 metro e 80 centímetros, no entanto a base continua intacta, medindo cerca de 7 metros de lado.

Temos ainda outros acontecimentos interessantes, como estórias das prisões nos "TRONCOS" e da grande quantidade de escravos no lugar denominado "Tabocas" onde dizem que residiu o português André Cordeiro.



Sobrado todo azulejado,
é um dos mais antigos e bonitos
do Brejo da Madre de Deus
Neste sobrado aconteceram
fatos notáveis da
história social do Brejo.

CAPÍTULO II

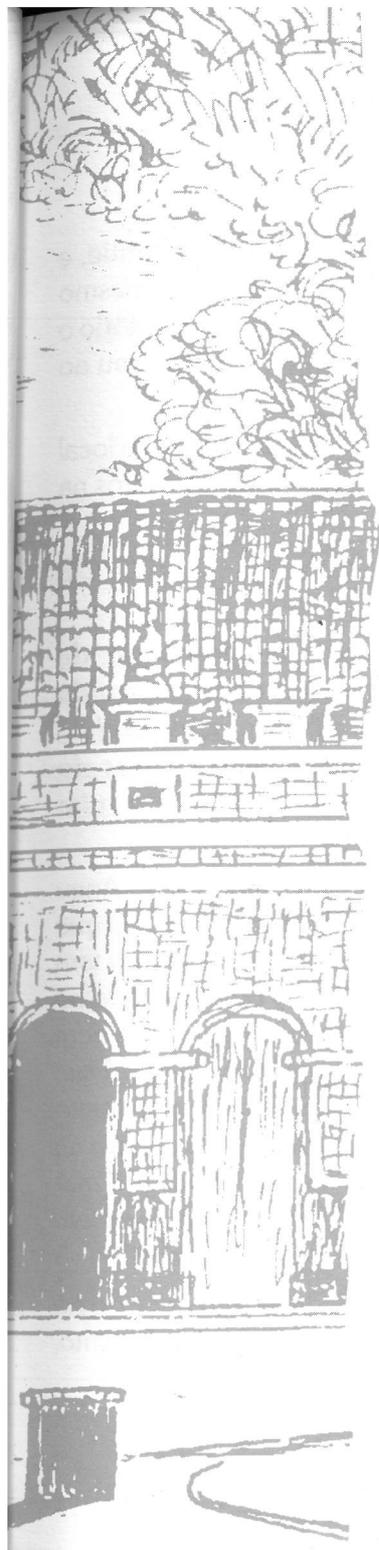
A Fundação

Levando-se em conta ao que diz a "Enciclopédia Nacional dos Municípios Brasileiros", editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, à página 70, do Volume No. XVIII, o Brejo da Madre de Deus estaria com mais ou quase trezentos anos de existência. Tal ponto de vista histórico, é baseado na data em que aqui se estabeleceu o português André Cordeiro, isto no início do primeiro quartel do Século XVIII. Ainda hoje o lugar onde André Cordeiro se fixou com família e escravos, tem a denominação de "Tabocas".

A origem do nome "Tabocas" àquela localidade, foi proveniente da grande quantidade de tabocas(planta da família das gramíneas) e ali formavam um imenso tabocal, a ponto de se denominar também "Tabocas" um rio caudaloso, relativamente falando, no local existente e que deságua no Reservatório da Compesa que abastece Caruaru e outras cidades circunvizinhas.

Hoje, no entanto, quase que essas tabocas não mais se notam no lugar primitivo da fundação do Brejo da Madre de Deus, tendo sido substituídas em grande parte pela plantação de outras culturas como cana de açúcar, cenoura, hortaliças, etc.

O rio Tabocas que hoje esbarra no Reservatório da Compesa, outrora desaguava no rio Capibaribe nas proximidades da Vila de



São Domingos, 4^o. Distrito do Brejo, nos limites com a cidade e Município de Santa Cruz do Capibaribe, e por falar no rio Capibaribe, verifica-se o quanto o Brejo da Madre de Deus tem sido injustiçado até mesmo nas coisas que a natureza lhe dotou: o rio Capibaribe. A história não registra como situado no seu território o aludido rio, que nasce na Lagoa do Angu, hoje localizada no Município de Poção, e que já pertenceu ao Brejo territorialmente, nos primórdios do Século XVIII.

Há divergências de opiniões entre geógrafos e historiadores renomados, atinentes ao local exato onde nasce o rio Capibaribe, havendo uns que dizem nascer este rio na Lagoa da Estaca e outros na Lagoa do Angu, ambas adjacentes.

O escritor José Antônio Gonsalves e Mello, no Volume 2 de "O DIÁRIO DE PERNAMBUCO E A HISTÓRIA SOCIAL DO NORDESTE", à página 798, diz:

"1^o. A Comarca de Cimbres é talvez a parte mais alta da Província de Pernambuco; no seu Termo tem lugar o nascimento dos rios Ipojuca, que nasce na fralda oriental da serra Jabitacá e lança-se no oceano; o rio Moxotó, que nasce na fralda ocidental da mesma serra e lança-se no rio São Francisco; é também regado o seu Termo pelas águas do Capibaribe, que segundo a opinião geral, nasce na Lagoa do Angu, mas que quanto a mim nasce na Lagoa da Estaca."

"As razões que tenho para assim pensar são as seguintes: o rio que vem da Lagoa do Angu é conhecido pelos moradores da sua ribeira com o nome de rio Canhoto, até à sua confluência com o rio que vem da Lagoa da Estaca, que traz o nome de Capibaribe; além disso o rio que vem da Lagoa do Angu tem margens e leito despido de árvores, entretanto que o rio que vem da Lagoa da Estaca, que se reúne ao canhoto pouco abaixo da fazenda deste nome, tem as suas margens e leito cheio de árvores, a que aqui chamam Caraibeiras ou Craibeiras, espécie de salgueira, e isto desde que sai da Lagoa da Estaca até sua junção em diante continuam elas a encher o leito e margens do rio; não se pode também argumentar com o curso dos rios, porque a extensão do percorrimto das águas desses rios, porque a sua junção abaixo da fazenda canhoto é igual: por essas razões e por outras que só os entendidos poderão melhor explicar, é que entendo que a nasçença do Capibaribe é na Lagoa da Estaca e não na Lagoa do Angu, como até hoje se tem ensinado, e nesta crença todos os que ali são moradores, de que o Capibaribe vem da Lagoa da Estaca."

Vê-se assim, que há discordância de pontos de vista, quanto a verdadeira nasçença do rio Capibaribe, e tanto é assim que a opinião a respeito, ora transcrita, entra em choque consigo mesmo,

quando inicialmente diz:

"É também regado o seu Termo pelas águas do Capibaribe, que, segundo a opinião geral, nasce na Lagoa do Angu."

Entrementes, no final da opinião emitida, diz textualmente :

"A nasçença do Capibaribe é na Lagoa da Estaca e não na Lagoa do Angú, como até hoje se tem ensinado, e nesta crença estão todos os que ali são moradores".

Essa opinião a respeito do rio Capibaribe, inserida no Volume 2 da obra "O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste", à página 798, cujo autor é o abalizado escritor José Antônio Gonsalves (com S) de Mello, foi emitida no dia 4 de fevereiro de 1874 no Diário de Pernambuco, em Revista Diária sobre a Comarca de Cimbres, quando da sua elevação à Vila, ato este presidido pelo Dr. Manoel de Gouveia Álvares, Ouvidor da Comarca de Alagoas, tendo para tanto o mesmo feito publicar edital para o ato solene de inauguração no dia 26 de março de 1762; foi publicado o edital e no dia 3 de abril a inauguração e nomeação de autoridades, algumas eleitas, que de conformidade com o registro constante da obra acima citada à página 796, foram as seguintes:

"Sargento-Mor - João Mendes Branco, Diretor dos Índios;

Juiz Ordinário - Francisco Mendonça ;

Vereadores - Manoel Leite Ferreira, Gregório Barbosa, Manoel Leite da Silva."

A Vila de Cimbres até o ano de 1828 foi a Sede do Termo, quando nesse ano o Ouvidor Barroso mudou a Sede para a Vila do Brejo da Madre de Deus.

O historiador José Bernardo Fernandes Gama, no seu livro "Memórias Históricas da Província de Pernambuco", Volume I, à página 66, cuja obra foi editada no ano de 1844, falando a respeito dos rios, diz:

"O Capibaribe nasce na fralda occidental da serra Jacarará no Olho d'Água do Gavião e Lagoa do Angú, e da hi, por entre donde nasce, e a do Brejo segue, recebendo os diversos riachos afluentes, que lhe engrossam a corrente, até que desemboca no Recife."

Com retalhamento territorial que há anos vem sofrendo o município do Brejo da Madre de Deus, verificando-se a última quando da emancipação política de Jataúba (ex-Jatobá) e o possível

desmembramento da Vila de Fazenda Nova, o Brejo fica cada vez menos populoso e com menor território, não registrando uma expressão político-social condizente com a sua tradição, uma vez que já serviu de Sede de uma das mais vastas Comarcas da Província de Pernambuco, que foi a COMARCA DO SERTÃO.

Hoje é apenas Comarca de 1^ª Entrância, quando outrora fora cabeça de Corregedoria e Ouvidoria, abrangendo todo o Sertão e quase todo o Agreste, inclusive Garanhuns, que chegou a ser Termo ou Julgado da Comarca do Brejo da Madre de Deus, berço de brasileiros valorosos, a exemplo do Capitão Joaquim Cordeiro Falcão, que tomando parte ativa na Guerra do Paraguai, trouxe à terra natal os louros da vitória.

Ainda na época presente, encontra-se no lugar Tabocas, onde foi realmente fundado o Município do Brejo, descendentes de escravos para aqui trazidos, muitos dos quais de Angola, África, e que serviram inclusive a André Cordeiro e seus descendentes.

No ano de 1802, conforme foi dito no Capítulo anterior, realizou-se o assento batismal de um filho de escrava solteira, natural de uma ex-posseção portuguesa na África, a quem deram o nome de "Jenuário". Este ato foi oficiado pelo Padre Manoel d'Assumpção, designado que foi para servir como Administrador dos Feitos Religiosos na Freguesia, tendo começado, no entanto, a sua tarefa no ano de 1792, quando a Capela de São José do Brejo era filial da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, tendo em 1801 como Coadjutor o Cura Francisco Correya de Queiroga, face à extensão da Freguesia, criada no ano de 1797.

Naquela época, em fins do Século XVIII era paga como tributo das realizações dos batizados e outros atos efetuados na Freguesia de São José do Brejo, ao Bispado de Olinda, a soma de 4\$000Rs. (Quatro mil réis) anualmente.

Em quase todos os livros de Registros de Batizados, Casamentos e Óbitos, da Freguesia do Brejo da Madre de Deus, ou seja, Freguesia de São José do Brejo, constata-se através de "VISTOS", a presença de um Supervisor Eclesiástico, que fazia inspeção anualmente. Este mesmo Supervisor, era quem recebia as contribuições, taxas e dízimos, tributos obrigatórios à Freguesia e pagos à Diocese de Olinda, cujo Supervisor visitava diversas Freguesias em suas andanças, pois os meios de transporte àquela época era quase inexistentes, sendo parte pelo sistema rodoviário (carruagens) e parte à cavalo por estradas íngremes, levando-se vários dias para se percorrer cinco Freguesias da Província de Pernambuco.

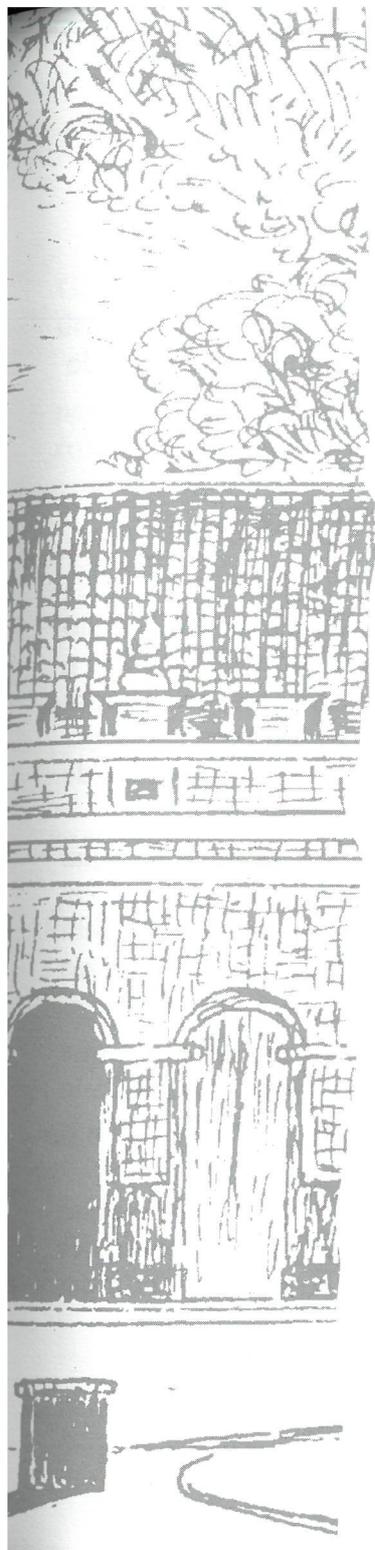
CAPÍTULO III

A Formação

Já no último quartel do Século XIX, foram feitas anotações importantes concernentes à História do Brejo da Madre de Deus, isto por pessoas de destaque social e político, algumas recentemente falecidas, mas que transmitiram a descendentes que não só receberam os registros de fatos inéditos, bem como ouviram seus ancestrais contarem episódios interessantes ocorridos em Brejo, muitos desses acontecimentos com famílias fidalgas com acentuada participação na formação social, religiosa e política do Brejo.

No entanto, a maioria dos fatos narrados neste livro, foram frutos de árduas pesquisas, não só do autor, mas também de colaboradores, que pesquisando assuntos solicitados, forneceram dados substanciais, cujas fontes fidedignas, devassaram arquivos particulares, papéis antigos guardados em baús, escrivaninhas, estantes, etc.

Baseado nesses subsídios valiosos e nas pesquisas empreendidas, temos os seguintes elementos informativos e históricos do Brejo da Madre de Deus:



DADOS ANTIGOS

Brejo da Madre de Deus é a Sede do Município. A Freguesia tem o nome de São José do Brejo, da qual é Orago o mesmo Santo.

HISTÓRIA E ORIGEM DA DENOMINAÇÃO

A atual cidade do Brejo da Madre de Deus começou a povoar-se por volta de 1740, muito embora já houvesse escassa povoação no lugar TABOCAS, onde de fato e de direito, verificou-se a fundação do Município. Entrementes, em 1752, foi erguida uma Capela dedicada à São José, pelos frades recoletas da Congregação de São Felipe de Nery, tendo estes, tentado construir um hospício ou convento, no lugar a quem deram até hoje o nome de MADRE DE DEUS, em homenagem à Virgem Maria, Mãe de Deus.

Ditos Frades, não podendo concluir a obra iniciada em 1751, face à escassez de água naquela localidade, e como a Povoação do Brejo distava aproximadamente 12 ou 13 quilômetros do local da aludida edificação, resolveram pois, deslocarem-se para a povoação mais próxima, onde então fixaram por algum tempo suas residências, construindo uma Capela votado à São José, tendo rumado para outras plagas já no fim do ano de 1760 (*1).

Desenvolvendo-se a Povoação, pela Provisão do Bispo Dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, Bispo de Olinda, cuja Provisão foi de 3 de agosto de 1799, e em observância à Carta Régia de 11 de novembro de 1797, foi elevada à categoria de Freguesia e posteriormente instalada, isto é, no dia primeiro de novembro de 1799.

O nome do Brejo provém de sua situação geográfica, e fica em um vale formado pelas Serras da Prata, Estrago e Amaro. Já o nome MADRE DE DEUS, provém da invocação que tinha os frades recoletas, congregados de São Felipe de Nery, quando da construção de um hospício ou convento, no lugar que tomou aquele nome (Madre de Deus), isto no ano de 1751.

A Povoação do Brejo tornou-se Vila e Comarca no ano de 1833, isto pelo Conselho do Governo da antiga Província, em observância ao Código de Processo Criminal, sendo instalada no dia 22 de outubro do mesmo ano, e tendo como o seu primeiro Juiz de Direito, o Dr. João José Teixeira da Costa.

Foi classificada Comarca de 1.ª Entrância pelos Decretos 687 de 1850 e 5.139 de 13 de novembro de 1872. Teve o foro de CIDADE pela Lei Provincial de No. 1.327, de 4 de fevereiro de 1879, conforme transcrição a seguir:

"LEI No. 1.327

Eleva à Cidade a Villa do Brejo da Madre de Deus.

O Bacharel Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda, Presidente da Província de Pernambuco :

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Art. 1.º - Fica elevada à Cidade a Villa do Bom Jardim, conservando-se-lhe a mesma denominação.

Art. 2.º - Fica igualmente elevada à Cidade a Villa de Brejo da Madre de Deus, conservando-se-lhe também a mesma denominação.

Art. 3.º - Ficão revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas autoridades a quem o conhecimento e execução da presente resolução pertencer, que a cumpram e façam tão inteiramente como nella se contém.

O Secretário interino da Presidência d'esta Província a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio da Presidência de Pernambuco, 4 de Fevereiro de 1879, 58.º da Independência e do Império.

Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda.

Sellada e publicada a presente resolução, n'esta Secretaria da Presidência de Pernambuco, aos 4 de Fevereiro de 1879.

O Secretário interino,
Dr. José Austregésilo Rodrigues Lima.
Está conforme.
Secretário da Câmara Municipal
Francisco Berenguer de Carvalho Cesar."

Nota: Registro constante do "Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas pela Câmara Municipal do Brejo", à página 114 verso, existente no Museu Histórico do Brejo. Vale ainda registrar que a Lei Provincial No. 22, de 6 de junho de 1836, desmembrou Garanhuns de Brejo da Madre de Deus e criou a Comarca própria, sendo o seu 1.º Juiz de Direito o Dr. João Pereira de Carvalho, isto já no ano de 1837.

(*1)- In História de Garanhuns, de Alfredo Leite Cavalcanti, Volume I, à página 82, encontramos o seguinte: "Em nome de Deus, Amém. Saybam coantos este público estromento verem de escriptura de venda que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e sessenta e hum annos, aos vinte e dois dias do mês de setembro do dito anno nesta povoação do Monte Alegre de Nossa Senhora das Montanhas, termo do Sertão do Ararobá e Comarqua de Pernambuco onde eu Tabelião vim ahi apparecerão perante mim como vendedor o procurador da Congregação o Reverendo Padre Ponciano Coelho e como comprador Augustinho Cardozo de Abreu, morador no mesmo lugar do Brejo da Madre de Deus, todos que reconheço pelos próprios de que se tratão e pello dito reverendo vendedor que abaixo hirão assignados foi dito em minha presença e das testemunhas ao diante nomeadas e assignadas que sua Congregação hera senhora e possuidora de hum sítio de terras de plantar no Brejo da Madre de Deus distrito de Pernambuco chamado Conceição com duzentas braças de comprimento ou as que na verdade for contestando da parte sul com Manaoel Soares da Costa e da parte nascente contestando com o riacho do Genipapo e sitio São Francisco e da parte do puente contesta com a terra da capella do Senhor São José...e eu Manoel Thomé Cavalcante escrivão o escrevi." Encontra-se este registro no Livro No. 15, às folhas 20, 2.º. Cartório de Garanhuns-PE.(Sic!)

De conformidade com a Lei Estadual No. 52, de 3 de agosto de 1892, o Brejo tornou-se Município autônomo em 20 de junho de 1893, sendo eleito para o primeiro Governo Administrativo Municipal, o cidadão FRANCISCO ALVES CAVALCANTI CAMBOIM, nascido no ano de 1808 e falecido no ano de 1896, tendo sido agraciado pelo Imperador Pedro II, com o título de Barão de Buíque, sendo também conhecido pelo cognome de "Barão do Poço", face a sua residência em sua propriedade chamada "Fazenda Poço", situada no então território do Brejo da Madre de Deus, seu berço natal.

O escritor Nelson Barbalho no seu livro "Caboclos do Urubá", às páginas 215/216, diz a seu respeito o seguinte:

"Francisco Alves Cavalcanti Camboim (1810-1896) Barão de Buíque, popularizado com o cognome de Barão do Poço, por ser proprietário e residir na Fazenda do Poço, sita no Brejo da Madre de Deus, sua terra natal. Filho legítimo do Alferes Francisco Alves da Silva e de Leonarda Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque. Por esta, neto do Capitão André Arcoverde, da Fazenda Barras (atual Povoação de Ipanema), em Pesqueira, e de Úrsula Jerônima Cavalcanti de Albuquerque. Casado com a prima Ana Olímpia de Siqueira Cavalcanti, filha do Coronel Lourenço Bezerra de Siqueira Cavalcanti (um dos integrantes do célebre grupo familiar apelidado de "Os 2° de Pesqueira"), neta paterna do Capitão Joaquim Siqueira Barbosa, o Pica-Enxú. Pelo casamento com Ana Olímpia, foi pai de André Siqueira Cavalcanti Camboim e de Francisco Alves Cavalcanti Camboim Filho

Dotado de inteligência privilegiada, estudou latim e francês no Brejo da Madre de Deus, com o Padre Falcão, e falava fluentemente ambos os idiomas. Político, foi chefe do Partido Conservador, no Brejo da Madre de Deus, durante mais de meio século. Tenente-Coronel da Guarda Nacional, Comandante Superior do Batalhão brejense. Oficial da Ordem da Rosa, Deputado à 1ª Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco, onde se destacou por sua honradez, finura de espírito e pelo grande interesse demonstrado em todos os debates e causas que beneficiassem o Agreste e o Sertão. Em 1870 exercia o cargo de Diretor-Geral dos Índios da Província de Pernambuco.

Foi agraciado com o título de Barão por Decreto Imperial de 17 de maio de 1871. Apesar da idade avançada, era eleito e empossado no cargo de 1º Prefeito constitucional do Brejo da Madre de Deus, cuja autonomia municipal é de 20 de junho de 1893. Seu companheiro na Sub-Prefeitura foi o Coronel Constantino Magalhães da Silva."

O famoso escritor PEREIRA DA COSTA, cita inúmeras vezes em ANAIS PERNAMBUCANOS, o nome do Barão de Buíque, Francisco Alves Cavalcanti Camboim. Como se sabe, o então Tenente Camboim, com apenas 25 anos, apresentou-se como voluntário à frente de um grupo de denodados brasileiros fiéis a Regência do Padre Feijó, para combater os cabanos que numa insurreição inédita na história pátria, lutavam pela volta de Dom Pedro I ao Trono, tendo como palco número um, a então Povoação de Panelas, na época cognominada de "Panelas do Miranda", em relação a um filho do Capitão Francisco Rodrigues de Mello, fundador de Panelas, chamado José de Miranda Santiago.

O Barão de Buíque foi sepultado no antigo Cemitério do Brejo da Madre de Deus, embora hoje, ninguém saiba onde se encontram os seus restos mortais e nem a lápide que existia em seu túmulo.

Dentre alguns descendentes do Barão de Buíque, citamos o famoso ex-Deputado pelo Rio de Janeiro, Advogado Tenório Cavalcanti, celebrado pelo uso da capa preta e da "Lourdinha" (metralhadora) que sempre conduzia; também o apresentador de Televisão, Flávio Cavalcanti, conhecido nacionalmente por sua coragem em denunciar fatos criminosos pela TV.

Muitos são os filhos ilustres que o Brejo teve e tem, no entanto, na sua maioria, olvidado pelos Poderes públicos, que nunca prestaram uma homenagem condigna ao seu 1º. Prefeito, aos seus Heróis que participaram bravamente na Guerra contra o Paraguai, erigindo modestos bustos ou monumentos simples a essas personalidades que devotaram suas vidas pelo engrandecimento da terra em que nasceram e amaram. Dentre os filhos ilustres destacam-se o Capitão de Milícias JOSÉ CAETANO DE MEDEIROS, um dos fervorosos adeptos da REVOLUÇÃO DE 1817, à qual prestou assinalados serviços, sendo preso e pronunciado pela Alçada, obtendo liberdade em virtude do PERDÃO DE 6 DE FEVEREIRO DE 1818, estando incluído na relação dos MÁRTIRES PERNAMBUCANOS, conforme publicação de autoria do Padre Joaquim Dias Martins, intitulada "OS MÁRTIRES PERNAMBUCANOS -Victimas da Liberdade nas Duas Revoluções", obra editada no ano de 1853 e citado à página 270, que a seu respeito diz:

"MEDEIROS 3º.-(JOSÉ CAETANO DE), pernambucano de 1817; era morador no Brejo da Madre de Deus, em Pernambuco, onde era Capitão das Milícias da Villa de Cimbres, quando rompeo a liberdade de 6 de Março: fez distintos serviços, para que suas bandeiras fossem arvoradas por aquelles remotos districtos, e lhe faria muito mais, se ellas durasse por mais tempo: os tirannos de tudo lhe fizeram carga, e, prinunciado pela Alçada foi preso e remetido a Pernambuco, porém chegou a tempo de lhe valer o perdão de 6 de fevereiro de 1818, em virtude do qual foi solto."

Citamos também o CÔNEGO FRANCISCO ROCHAEL DE BRITO MEDEIROS, pernambucano de grande distinção, o qual foi o primeiro DIRETOR DA ESCOLA NORMAL DE PERNAMBUCO, e que muitas vezes exerceu o mandato de Deputado Provincial. Além destes, temos várias outras personalidades, valendo salientar os nomes do Capitão Joaquim Cordeiro Falcão e do voluntário Antônio Cordeiro Cavalcanti, que tendo combatido na GUERRA DO PARAGUAI souberam honrar o Brejo da Madre de Deus, e o primeiro veio a falecer vítima de um ferimento produzido à bala, quando em treinamento com recrutas que deveriam seguir aos campos de batalhas no Paraguai para defender o Brasil. Todos, no entanto, não têm uma estátua ou um busto ou ainda um monumento em praças ou logradouros públicos no Brejo da Madre de Deus, embora tenham sido lembrados não há muito tempo, com seus nomes em modestas escolas municipais, que ao nosso entender merecem maiores homenagens, levando-se em consideração tratem-se de verdadeiros heróis brejenses.

DIMENSÕES TERRITORIAIS

Baseado ainda na época mencionada neste Capítulo, o então Município do Brejo da Madre de Deus tinha as seguintes dimensões territoriais:

De Norte à Sul, 70 quilômetros; de Leste a Oeste a extensão era de 130 quilômetros.

ASPECTOS FÍSICOS:

O lado do Norte e Leste é acidentado, sendo quase plano e com ligeiras ondulações o terreno da parte Sul e Oeste. Nas imediações da cidade do Brejo o solo é muito montanhoso.

SALUBRIDADE E CLIMA:

O clima na Sede do Município, durante a época invernal é úmido e frio, no entanto, quente pelo verão. Com alguma exceção de alguns casos de reumatismo e asma, a salubridade é boa e o clima muito ameno.

LIMITES (Dados antigos):

O Município do Brejo da Madre de Deus, confinava com: ao Norte com o Município de Taquaritinga do Norte, pelo rio Capibaribe; a Leste com o Município de Limoeiro, pelo "Riacho das Éguas",

desde sua confluência no Capibaribe, no lugar "Bataria", até encontrar os limites de Caruaru pelo "Riacho Onça" e pelo Povoado Raiz e Tacaité, e com o Município de São Bento, pelo rio Ipojuca; ao Oeste e Nordeste, com o Município de Cimbres, pela Lagoa da Malhada, Serras do Brejinho, Sapato e do Genipapo, bem assim, pelo Sítio Balança, seguindo o rumo dos Sítios Pintada, Canhoto, e um riacho do mesmo nome.

DIVISÕES (antigas):

Município compreende três(3) Freguesias, sendo as seguintes: São José do Brejo da Madre de Deus; Nossa Senhora da Conceição do Belo Jardim, e a de Santo Antônio de Jacarará, que não foram providas à data de sua criação, de Vigários, com exceção da do Brejo.

POPULAÇÃO (antiga):

A população total do Município do Brejo da Madre de Deus foi calculada em 22.000 almas assim distribuídas: 13.000 no 1°. Distrito; 4.000 no 2°. Distrito de Jacarará e 5.000 habitantes no 3°. Distrito de Belo Jardim.

TOPOGRAFIA

A cidade do Brejo está situada à 636 metros acima do nível do mar, em terreno parte ladeiroso e parte plano, formando um vale cercado por imponentes Serras (Prata, Estrago e Amaro).

Na Sede do Município, ou seja, na cidade, existiam apenas dois templos católicos de maior porte e históricos, que são a Igreja-Matriz de São José, Padroeiro, construída primitivamente em 1752

e reconstruída em 1853, sendo aumentada em 1858, e que era filial da antiga Freguesia de Nossa Senhora da Luz, neste Estado; e o outro a Igreja de Nossa Senhora da Conceição que depois passou a ser a Igreja de Nossa Senhora do Bom Conselho, que têm Capítulos específicos neste livro sobre a História do Brejo da Madre de Deus.

Vale ressaltar que existe ainda e hoje, na cidade do Brejo, adjacente ao Cemitério local, uma Capela votada à Santa Luzia, e vários templos Evangélicos de outras religiões cristãs.

POVOADOS (antigos):

O Brejo antigo tinha como Povoados as seguintes localidades: BELO JARDIM, a 36 quilômetros da Sede; ALDEIA VELHA(hoje XUCURU) a 20 quilômetros; SERRA DOS VENTOS (hoje do Município de Belo Jardim) a 18 quilômetros; MANDAÇAIA a 30 quilômetros; RIACHO DOCE (hoje do Município de Caruaru) a 50 quilômetros e COURO D'ANTAS (hoje de Riacho das Almas) à 95 quilômetros, ficando este à margem do rio Capibaribe e ao nascente.

CAPELAS (antigas):

Em Belo Jardim, duas igrejas, uma servindo de Matriz, com a invocação à Nossa Senhora da Conceição, e outra à Nossa Senhora do Bom Conselho, construída em 1881 por Frei Caetano de Camacho; em Jacarará uma Capela devotada à Santo Antônio, construída em 1800; em Mandaçaia sob à proteção de Santo Antônio, erigida em 1800; em Couro d'Antas outra sob o patrocínio da Virgem da Conceição, fundada em 1856; em Serra dos Ventos uma Capela cujo orago é São Sebastião, edificada em 1869, hoje Santo Amaro é muito homenageado.

POSIÇÃO ASTRONÔMICA:

Está a 8° . 11'19" de latitude sul e a 6° . 49' e 52" de longitude oriental do Meridiano do Rio de Janeiro, sendo a diferença de tempo do Rio de 27'10".

OROGRAFIA:

As principais Serras são: a do Estrago; de São José; do Amaro e da Prata(junto à cidade); a do Vento, ao Sul; do Cachorro no Distrito de Mandaçaia(hoje está entre os Distrito de Fazenda Nova do Brejo da Madre de Deus e os Municípios de Tacaimbó e São Caetano); do Exú; a Verde; Itacaimbó; Chambá; do Teixeira; da Navalha; da Úrsula; da Costela; as do Ouvidor e da Tapera, na Freguesia de Belo Jardim; a do Jacará, encima da qual está assentado o Povoado do mesmo nome(hoje Jacú, do Município de Jataúba).

HIDROGRAFIA (antiga):

Regam o território do Município os rios Capibaribe que corre na direção Nordeste a Este, e o Ipojuca a Oeste e vindos ambos do Município de Cimbres; os riachos Tabocas, Carapotós, Madre de Deus, Doce, Duas Pedras, Canhoto, Bitury, Mazenda, e as Lagoas do Angu e Oitis à margem do rio Ipojuca, dos Cavalos e a do Cachimbo no Distrito de Belo Jardim.

COMERCIO E AGRICULTURA (Dados antigos):

Tem o Município nos diversos Povoados, feiras, sendo a mais abundante de todas a de Belo Jardim, concorrendo para uma delas os gêneros de agricultura local, como milho, feijão, arroz, cana de açúcar, cereais e legumes, e os produtos importados fazendas, miudezas, ferragens. No Município se cultiva ainda o fumo, algodão, etc.

INDÚSTRIA (antiga)

A principal indústria é a pastoril, havendo mais de 150 fazendas de criação, entre as quais figuram: Santa Ana, Coelhos, Cavalo Ruço, Cajazeiras, Monte Serrat, Tabocas, Estrago, Barra, Bitury, Calogy, Socavão, Porfírio, Estivas, Benqueria, Serra do Vento, Pinto, São Manuel, São Pedro, São João, Guarany, Sempre Viva, Jacuípe, Flores, Santo Amaro e Urubu.

Notava-se ainda a fiação de algodão em grande número de teares, a preparação do fumo, o fabrico de rapaduras, etc.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

De conformidade com Sinopse Estatística do Município do Brejo da Madre de Deus, editada no ano de 1948, pelo IBGE, é a seguinte a Formação Administrativa do aludido Município:
"O Distrito, criou-o a Provisão datada de 3 de agosto de 1799.

A criação do Município, com território desmembrado do das Flores, foi levada a efeito a

20 de maio de 1833, tendo-se verificado sua instalação em 22 de outubro do mesmo ano, na condição de Vila.

A Lei Provincial No. 1.327, de 4 de fevereiro de 1879, concedeu à Sede Municipal foros de cidade.

Na "DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE 1911", o Município do Brejo da Madre de Deus compõe-se de seis(6) Distritos: 1°.- o da Sede; 2°.-Serra dos Ventos; 3°.- Belo Jardim; 4°.- Jatobá do Brejo; 5°.-Mandaçaia; 6°.- Aldeia Velha.

De acordo com os quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01.11.1920, Brejo da Madre de Deus constituía-se dos Distritos acima citados, os mesmos de 1911.

No quadro de Divisão Administrativa correspondente ao ano de 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" e nos de Divisão Territorial datados de 31.12.1936 e 31.12.1937, bem como no Anexo do Decreto-Lei Estadual No. 92, de 31 de março de 1938, integram o referido Município apenas três(3) Distrito: Brejo da Madre de Deus(Sede); Fazenda Nova e Jatobá(em 1933 Jatobá do Brejo).

Por efeito do Decreto-Lei Estadual No. 235, de 9 de dezembro de 1938, o Município e o Distrito de Brejo da Madre de Deus tiveram o seu topônimo simplificado para MADRE DE DEUS. Na Divisão Territorial vigente no quinquênio 1939-1943, fixada pelo citado Decreto-Lei, o Município figura ainda com os três(3) Distritos acima mencionados.

A denominação da cidade do Brejo da Madre de Deus, simplificou-a em MADRE DE DEUS o Decreto-Lei 336, de 15 de junho de 1939.

Por força do Decreto-Lei Estadual No. 503, de 19 de junho de 1940, foram modificadas as Divisas Municipais entre Madre de Deus e Taquaritinga do Norte.

Na Divisão Territorial Judiciária-Administrativa do Estado de Pernambuco, em vigência no quinquênio 1944-1948, fixada pelo Decreto-Lei Estadual No. 952, de 31 de dezembro de 1943, MADRE DEUS permanece constituído pelos Distritos de Madre de Deus(Sede), Fazenda Nova e Mataúba(ex-Jatobá).

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA

De acordo com os quadros de Divisão Territorial de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como o Anexo ao Decreto-Lei No. 92, de 31 de março de 1938, o Município do Brejo da Madre de Deus é um dos Termos judiciários de que se compõe a Comarca de Belo Jardim, assim figurando na Divisão Territorial em vigor no quinquênio 1939-1943, fixada pelo Decreto-Lei Estadual No. 235, de 9 de dezembro de 1938.

Face ao Decreto-Lei Estadual No. 952, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a Divisão Territorial Judiciária-Administrativa do Estado de Pernambuco, para vigorar no quinquênio 1944-1948, foi criada a COMARCA DA MADRE DE DEUS, constituída pelo Termo Judiciário Único de igual nome, desmembrado da Comarca do Belo Jardim.

Como já frisamos, a Comarca do Brejo da Madre de Deus, uma das primeiras a ser criada na Província, nos idos de 1833, sendo inclusive por algum tempo a Sede da Comarca do Sertão, uma das mais vastas do Estado de Pernambuco, onde os Corregedores e Ouvidores fixaram residência, sofreu várias quedas, tornando-se Termo de um ex-Distrito (Belo Jardim) e retomando a sua condição de Comarca, ainda é de 1.ª Entrância, quando deveria ser de 2.ª Entrância.

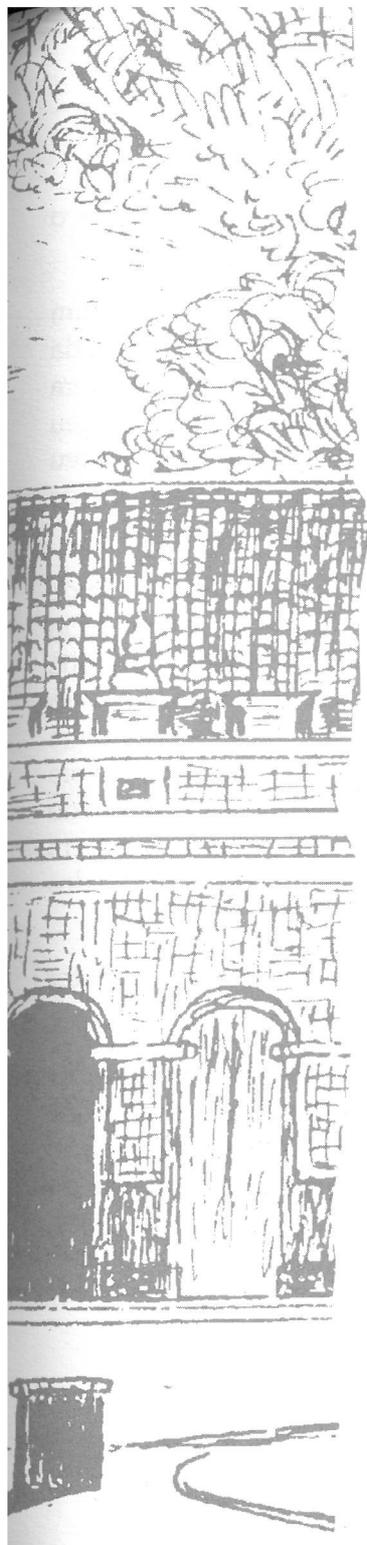
CAPÍTULO IV

***Denominação, Desmembramento,
Freguesia e Patrimônio***

Pelos dados históricos que se tem obtido, constata-se que em 1751, quando os frades Congregados de São Felipe de Nery (os Recoletas, Casa de Religiosos da Ordem de São Francisco) iniciaram a construção de um hospício ou convento, e que no ano seguinte (1752) resolveram por escassez de água, dali rumarem para outra localidade, tendo em vista haver secado completamente face às estiagens, o riacho a quem deram o nome de MADRE DE DEUS, que dista aproximadamente 12 quilômetros da atual cidade do Brejo da Madre de Deus, onde haviam se estabelecido e aí, procurado uma localidade propícia, foi então que rumaram para a Povoação do Brejo e edificaram uma Capela votada à São José, cujo templo depois de algumas reformas, serve hoje de Igreja-Matriz do Padroeiro do Município.

A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, organizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) órgão do Governo Federal, à página 70, do Volume XVIII, diz que a fundação do Brejo da Madre de Deus foi em 1751 e da cidade em 1752, todavia, afirma com muita evidência, o seguinte:

“Que há uns trezentos anos passados, aqui em Brejo, havia se fixado o português André Cordeiro, tendo povoado o lugar Tabocas, onde residiu”.



Esta alegação entra em choque com a data supostamente atribuída pelo IBGE, de que o Brejo houvesse sido fundado pelos frades Congregados de São Felipe de Nery.

Durante as pesquisas que encetamos junto ao Arquivo Paroquial, encontramos um REGISTRO DE ÓBITO em um Livro sem número, mas datado do ano de 1818, de uma mulher chamada ÁGUEDA DA SILVA e que contava ao morrer, com 75 anos de idade, casada com Manoel Ribeiro, e que era natural e residente no Brejo da Madre de Deus. Ora, essa mulher com 75 anos morreu em 1818, o seu nascimento foi por conseguinte no ano de 1743, muito antes da chegada dos frades recoletas, que ocorreu no lugar da construção iniciada do hospício, no ano de 1751, e a vinda para a Povoação do Brejo no ano de 1752, onde edificaram uma Capela votada à São José.

Na realidade, a fundação do Município do Brejo foi no lugar denominado Tabocas, onde residia o português André Cordeiro com seus familiares e escravos. A fundação da cidade é que teve início onde se encontra, porém muito antes da chegada dos Frades Congregados. Errado também é se dizer que os Frades da Congregação mencionada doaram à Freguesia, (pois durante a permanência dos mesmos em Brejo, ainda não havia sido criada a Freguesia, uma légua de terras. Na verdade os ditos religioso possuíam terras, isto é, a Congregação de São Felipe de Nery, só que as terras no lugar em que foi fundado o Município do Brejo da Madre de Deus, pertenciam ao português André Cordeiro, que morava no lugar denominado Tabocas, embora não exista prova documental dessas terras, mas notícias de sua presença de gerações em gerações, o que serviu de elemento fundamental para que se inserisse tal afirmativa na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, editada pelo IBGE.

No Capítulo 11, à página 49, do livro "CABOCLOS DO URUBÁ" de autoria do escritor Nelson Barbalho, o assunto está descrito assim:

"Em poder dos recoletas, as terras da primitiva Sesmaria de João Fernandes Vieira desenvolveram-se a olhos vistos e Cimbres, pode-se dizer, tornou-se uma espécie de CAPITAL DO SERTÃO no Século XVIII. A Congregação de São Felipe de Néri, do Oratório da Madre de Deus, em 1767, prestando contas ao governo da Capitania, apresenta completa relação de seus bens patrimoniais, em cujos documentos inclui o de No. 92, assim redigido:

“No sertão do Ararobá, distante desta praça sessenta léguas, pouco mais ou menos, tem esta Congregação um sítio de terras, chamado o Curral dos Bois, que antigamente se chamava Couro D'Anta, com seu logradouro, chamado Mimoso, (onde) em parte ou quase todo nos consta se erigiu a Vila de Cimbres, que se criou por ordem de S. Majestade Fidelíssima, e se deu aos índios para a sua habitação; como também o sítio do Acaí e o sítio chamado do Sapato com seus logradouros, que está despovoado há muitos anos, e o sítio dos Inhumas, que não rendem coisa alguma, antes estão litigioso com os herdeiros de Antônio Vieira de Mello.”

Vê-se assim, que não foram os Recoletas donos das terras que formavam o Brejo e sim o lusitano André Cordeiro, e tanto é, que já no último quartel do Século XVIII, descendentes de André Cordeiro, venderam a João Antunes Bezerra, uma parte de terra denominada "Fazenda Alagoinha", pela quantia de 80\$000 Rs. (Oitenta mil réis), onde fica hoje a cidade de Alagoinha e o território do aludido Município, adjacente à cidade de Pesqueira, neste Estado. (1*)

Á página 30 da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE) consta o seguinte:

"Foi nas últimas décadas daquele Século (Século XVIII) que João Antunes Bezerra comprou a uns portugueses residentes no Brejo da Madre de Deus, a propriedade Alagoinha, que fazia parte de terrenos de Sesmarias a eles pertencentes dando pela mesma 80\$000.”

(*1)- Somente em 1760 é que os Recoletas doaram meia légua de terras ao patrimônio da Capela de São José.

E ainda à mesma página da obra citada, lemos:

"Gonçalo Antunes Bezerra, irmão mais moço de João Antunes Bezerra, fundador o primeiro da povoação de Alagoinha, casou no ano de 1790 e comprou a dita propriedade ao irmão por 100\$000 réis.”

João Antunes Bezerra, no ano de 1804, contava com idade superior a 74 anos, por conseguinte, nascido no segundo quartel do Século XVIII, em 1730 aproximadamente, pois seu irmão mais moço, Gonçalo Antunes Bezerra, casara-se no ano de 1790. Provado está o domínio de vasta a região por André Cordeiro e seus descendentes.

Os Frades da Congregação de São Felipe de Nery foram evangelizadores e desbravadores dos sertões e agrestes da então Província de Pernambuco, a quem devemos muito pelos ensinamentos cristãos e desenvolvimento outros.

Quanto ao desmembramento judicial do Brejo da Madre de Deus do Município de Flores não há dúvidas, pois o IBGE em sua Sinopse do ano de 1948 com referência ao Brejo, diz isto claramente à página Nº.3.

Um fato que merece registro é que em 1818 morreu em Brejo um menino-escravo pertencente ao Sr. Anacleto Ferreira, deixado por herança, e que morava no lugar Genipapo, situado no mesmo Município, então Povoação do Brejo, e consta dos registros lavrados em livros da Paróquia, do mesmo ano, que o aludido menino foi sepultado no interior da Capela de São José, (hoje Igreja-Matriz) tendo o seu corpo sido envolto em pano branco e recebido toda assistência religiosa do Vigário local embora não se tenha uma explicação ou informação correta da razão desse procedimento, uma vez que somente as pessoas privilegiadas obtinham esse direito de serem enterradas nos recintos das igrejas, normalmente os padres, barões ou portadores de títulos nobiliárquicos.

Comentavam os mais antigos, tirando conclusões pessoais, que isto aconteceu possivelmente porque esse menino-escravo era filho bastardo de algum potentado que exigiu tal tratamento.

SESMARIA

" 1760 -

JANEIRO 9- Termo de Posse solene e jurídica deferida ao Vigário da Freguesia da Luz, Padre José Teixeira de Azevedo, pelo Padre Ponciano Coelho, Visitador e representante da Congregação do Oratório da Vila do Recife, de meia légua de terra consignada pelo Bispo Diocesano Dom Francisco Xavier Aranha para patrimônio de uma capela sob a invocação de São José que ordenara se fundasse no lugar do Brejo-de-Fora da Madre de Deus, Freguesia de Nossa Senhora da Luz - cujas terras foram doadas pela referida Congregação em 17 de julho de 1759, e aceitas e confirmadas pelo mesmo prelado, e assim determinadas as suas confrontações segundo o termo de posse em questão:--- "princiando da boca da mata que vai para o Jenipapo, subirá pelo dito Brejo-de-Fora até se encher o comprimento de toda a pequena meia légua de terras doadas e consignadas para a parte da fazenda de Madre de Deus, e de largura toda a que se indica entre as duas serras do Brejo-de-Fora com proporção na largura mencionada do princípio até o fim do comprimento da meia légua acima confrontada.

Julgado por sentença do Provisor do Bispado Dr. Antônio Ferreira da Costa, lavrada em Olinda a 14 de Agosto deste mesmo ano de 1760, o patrimônio--- feito na propriedade de terras declaradas nestes autos, por suficiente, livre e desembaraçado para o título dele se erigir a Capela do Senhor São José no lugar do Brejo, Freguesia da Luz--- no seguinte ano de 1761 teve lugar a fundação da capela com as solenidades costumadas.

A povoação da localidade, porém, vinha dos anos de 1752, com o estabelecimento dos seus primeiros habitantes."(ANAIS PERNAMBUCANOS" de F A Pereira da Costa, Volume VI, Página 199-2ª. Edição).

CAPÍTULO V

O Visitador Eclesiástico

Há quase dois séculos passados, no dia 3 de agosto de 1799, estava de conformidade com os documentos existentes e constantes nos livros da paróquia do Brejo da Madre de Deus, o Cônego Joaquim da Saldanha Marinho, Presbítero Secular (Prebendado, de prebenda, canonicato) da igreja de Olinda, exercendo o cargo de Visitador Geral do Sul da Comarca das Alagoas, bem assim Delegado do Crisma, designado pelo Bispo Dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho.

Este mesmo Visitador recebeu poderes do referido Bispo, para instalar em Brejo, a Freguesia a qual tomou o nome de São José do Brejo da Madre de Deus.

Quando da lavratura do Termo que elevava a Capela de São José à condição de Matriz da Freguesia, onde o Visitador mencionado estabeleceu limites e deu outras providências, diz claramente que a mesma contava com 11.066 almas, que estavam sob a jurisdição eclesiástica da dita Freguesia, criada em 1797 e provida em 1799. Antes de tal elevação, a Capela de São José do Brejo da Madre de Deus era tida como filial da Matriz de Nossa Senhora da Luz, em Paudalho, neste Estado.

Pelos apanhados históricos que temos feito, baseados em documentos do Arquivo Paroquial, a jurisdição eclesiástica da Freguesia de Nossa Senhora da Luz do Paudalho, se estendia margeando o rio Capibaribe,

razão pela qual o Brejo estava afeto àquela Matriz. Nessa época a povoação de Paudalho se desenvolvia bastante, tendo o Bispo Dom Azeredo Coutinho criado ali um Curato, e que as instruções foram dadas pelo mesmo Antístite ao Visitador, que por sinal recaiu na pessoa do Cônego Joaquim da Saldanha Marinho, tendo este, tomado posse no dia 31 de agosto de 1799, ou seja, 28 dias após a sua passagem pela Povoação do Brejo da Madre de Deus, conforme registro nos livros existentes no Arquivo Paroquial.

Realizamos minuciosa busca no Arquivo Paroquial no sentido de encontrarmos um elemento esclarecedor à luz de documento, para saber exatamente quem esteve como Vigário da Freguesia do Brejo no período de 1792 até 1801, e não encontramos outro se não o Padre Manoel d'Assumpção, assinando em todos os atos religiosos que compreende o mesmo espaço de tempo. Isto, no entanto, contraria ao que diz a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (IBGE), quando faz referência ao Brejo, dizendo que no dia 1º de novembro de 1799, era Vigário do Brejo o Padre Antônio da Costa Pinheiro, nome que não figura dentre os Padres que passaram pela citada Freguesia, quer como Vigário, Coadjutor, etc. Em 1806 é que esteve em Brejo como Vigário um Padre chamado MANOEL DA COSTA PINHEIRO, certamente confundido com o nome e a data atribuída ao Padre Antônio da Costa Pinheiro, que não consta sequer como existente.

CAPÍTULO VI

As Provas da Fundação

A cada capítulo que escrevemos, sentimos a necessidade de patentearmos, de solidificarmos nossos pontos de vista atinentes às datas de fatos desenrolados no Brejo da Madre de Deus bicentenário.

Torna-se até enfadonho a quem ler este livro de História, tantas notas com relação a um só fato, como se fossem contadas por diversas vezes uma mesma história, uma mesma ocorrência ou enredo, porém, o que acontece realmente, é que quando pesquisamos e escrevíamos capítulos, publicávamos de imediato nas páginas do Jornal do Commercio do Recife, o que se verificou na sua maioria; e pelo cuidado encetado nas pesquisas IN LOCO, abria-se certo espaço nas publicações de alegações e fundamentos de fatos novos, efemérides e curiosidades outras....

Por esta razão, voltamos a provar que o Município do Brejo da Madre de Deus, foi fundado IPSO FACTO, no lugar denominado TABOCAS, pelo português ANDRÉ CORDEIRO.

Isto não representa apenas um ponto de vista pessoal ou suposição do autor deste livro, mas uma afirmação à base de documentos encontrados no decorrer de acuradas pesquisas.

Em capítulo anterior, (No. IV) dissemos do nascimento de Águeda da Silva no ano de 1743 e agora descobrimos fato mais concreto para comprovar as alegações mencionadas, quando encontramos o Termo de Óbito de uma mulher que se chamava IGNÁCIA RODRIGUES, nascida no ano de 1724, falecendo no ano de 1794 e que era natural e residente no Brejo da Madre de Deus, conforme assentamentos em livro próprio (LIVRO DE REGISTRO DE ÓBITOS) do Arquivo Paroquial.

Ignácia Rodrigues, quando de sua morte era viúva e recebeu os Sacramentos da Igreja pelo Padre Manoel d'Assumpção. Vale acrescentar que o registro da aludida senhora, encontra-se no Livro de Óbito do ano de 1794, à página No. 6, do Arquivo Paroquial.

Constata-se assim mais uma prova que a data de fundação do Brejo não foi no ano de 1751 ou 1752, nem pelos Frades Recoletas da Congregação de São Felipe de Nery, (*1) como erroneamente se tem atribuído. O que houve a respeito dos aludidos Missionários Católicos, foi a chegada deste ao Brejo em 1751, objetivando a construção de um hospício ou convento, como já dissemos inúmeras vezes.

Provado está que todos os assentamentos oficiais da Freguesia de São José do Brejo da Madre de Deus, o povoamento no Município e mesmo no lugar onde foi fundada a cidade, existiam antes da vinda dos Frades Congregados, inclusive servindo de guarida aos mesmos quando se deslocaram do lugar "Madre de Deus", por escassez de água. Antes da presença dos religiosos recoletas ao Brejo, verifica-se que tanto nos documentos oficiais, como nos escritos, daquele tempo, o povo chamava ao Brejo de BREJO DE SÃO JOSÉ ou SÃO JOSÉ DO BREJO, mas com a influência dos ditos Frades, passou a chamar de BREJO DA MADRE DE DEUS, embora São José continuasse até os dias atuais sendo o Padroeiro do Município.

(*1) A Congregação de São Felipe de Nery foi fundada no lugar denominado Água Fria, da cidade de Olinda no ano de 1662 e extinta por Lei de 9 de dezembro do ano de 1830.

CAPÍTULO VII

Vigários e Párocos

Dos capítulos da História do Brejo da Madre de Deus, este será sem dúvidas um dos mais interessantes no que diz respeito às informações de caráter religioso, não só para os brejenses, mas sobre tudo para a Paróquia e possivelmente para a Diocese de Pesqueira, a quem pertence hoje eclesiasticamente, o Brejo.

Num trabalho insano e mesmo penoso, conseguimos organizar pela ordem cronológica os nomes, datas e outros fatos relativos aos Vigários e Párocos que passaram em Séculos pretéritos pelo Brejo da Madre de Deus, e os que exerceram funções na Freguesia de São José do Brejo, isto desde 1792 até 2001, compreendendo um período de 209 anos. Talvez outros religiosos tenham passado pelo Brejo, com exceção dos Recoletas da Congregação de São Felipe de Nery, no entanto, face as cuidadosas buscas efetuadas junto ao Arquivo Paroquial, tudo faz crer que se algum religioso designado pelo Bispo da então Diocese de Olinda esteve em Brejo, foi tão somente a passeio ou visita a colega, ou mesmo para uma eventual substituição, nunca porém, em tempo superior a três ou quatro dias.

Os livros de assentamentos batismais, matrimoniais e de óbitos mais antigos, existentes no Arquivo Paroquial, datam do Século XVIII e já no seu último quartel. Mesmo assim, ditos livros constataam com

detalhes preciosos, fatos relacionados em datas muito aquém das lavraturas de termos posteriormente feitos.

A relação do assunto em pauta, é a seguinte:

ANO DE 1792

O Padre Manoel d'Assumpção era Administrador da Capela do Brejo da Madre de Deus, tendo começado a sua atividade no ano de 1792, e permanecido como Vigário a partir do ano de 1799, quando foi instalada a Freguesia, isto até o ano de 1801, tendo nesse ano como Coadjutor o Cura Francisco Correya de Queiroga.

ANO DE 1802

Chegava ao Brejo da Madre de deus um outro Coadjutor na pessoa do Padre João da Maya Collaço, face à extensão da Freguesia de São José do Brejo.

ANO DE 1803

Como Vigário chegava ao Brejo o Padre Francisco Dias Sampayo, e no mesmo ano na qualidade de seu Coadjutor chegava também o Padre José de Sant'Ângela, que permaneceu no Brejo durante três(3) anos, isto é, até o ano de 1806.

ANO DE 1806

Foi nomeado Vigário do Brejo o padre Manoel da Costa Pinheiro, tendo vivido um longo período de 31 anos como Vigário e deixado o Brejo da Madre de Deus no mês de fevereiro do ano de 1837.

ANO DE 1837

Substituindo o Padre Manoel da Costa Pinheiro chegou ao Brejo o Padre José Teodoro Cordeiro, que passou como Vigário 5 anos.

ANO DE 1842(*1)

Inicialmente como Vigário Encomendado e posteriormente como Vigário Colado do Brejo da Madre de Deus, O Padre Pedro Marinho Falcão, brejense, permanecendo até o mês de setembro de 1888, tendo sido, portanto, o recordista em permanência como Vigário do Brejo, durante 46 longos anos. O Padre Pedro Marinho Falcão era um homem cultíssimo, Professor que foi de pessoas ilustres, dentre as quais do Coronel da Guarda Nacional do Brejo, Francisco Alves Cavalcanti Camboim, ensinando-lhe a falar latim e francês tão bem que Dom Pedro II quando esteve no Recife, chegou a falar em francês com o aludido Coronel, e admirando-lhe por viver no Interior da Província e saber línguas, e ainda verificar que o mesmo Coronel havia prestado assinalados serviços ao Império, o agraciou com o título de BARÃO DE BUÍQUE, e posteriormente o mesmo foi eleito o primeiro Prefeito constitucional do Brejo da Madre de Deus. A respeito do Padre Pedro Marinho Falcão existe Capítulo específico na História do Brejo.

ANO DE 1888

No mês de outubro de 1888 um outro Vigário foi nomeado para o Brejo, caindo a escolha na pessoa do Padre Pedro Jacinto Ramos, que geriu os interesses da Freguesia por seis anos, isto é, até o dia 2 de fevereiro de 1895.

ANO DE 1895

No dia 8 de fevereiro de 1895, por delegação do Bispo de Olinda, chegava ao Brejo o Padre Victorino de Souza Mendes Paiva, que permaneceu até agosto de 1910, tendo como Coadjutor por algum tempo o Padre José Landim, passando por conseguinte o Padre Victorino 15 anos como Vigário do

Brejo. Foi durante o seu apostolado no ano de 1902, que o então Bispo de Olinda, Dom Luiz Raimundo da Silva Brito, fez uma visita ao Brejo.

Em 17 de setembro de 1910, foi designado Vigário do Brejo o Padre José Ananias da Silva. Tendo feito este, uma viagem ao Exterior (Roma - Itália) no ano de 1919, no dia 15 de junho do mesmo ano, assumiu as funções provisórias de Vigário o Frade Matias Teves-Ofm., que permaneceu até o mês de maio do ano seguinte (1920).

ANO DE 1920

No dia 30 de maio de 1920, reassumiu as funções de Vigário, o Padre José Ananias da Silva, regressando de viagem feita ao Exterior, tendo ficado à frente da Freguesia até o mês de abril de 1937.

ANO DE 1937

No dia 19 de julho de 1937, foi nomeado outro Vigário, na pessoa do Padre Antônio Vieira, que permaneceu no Brejo até o dia 31 de dezembro de 1938.

ANO DE 1939

No dia 9 de janeiro de 1939, na condição de Vigário-Substituto chegava ao Brejo da Madre de Deus o Padre José Cobber-SCJ, tendo regressado em início do mês de maio de 1940.

ANO DE 1940

No dia 25 de maio de 1940, chegava ao Brejo o Frei Hilário Bujara-Ofm., que ficou até o mês de fevereiro de 1941.

ANO DE 1941

No dia 1º de março de 1941, foi nomeado Vigário o Padre Antônio Faustino, que permaneceu até o mês de junho do mesmo ano. No dia 18 de julho de 1941 chegava o Padre José Kehrlé, que ficou no Brejo até início de março do ano de 1942.

ANO DE 1946

Em data de 16 de março de 1946 nota-se o primeiro batizado realizado pelo Pároco nomeado: Padre Francisco de Assis Neves, que no Brejo foi pastor de almas durante 3 anos.

ANO DE 1949

Numa tarde do dia 1º de setembro do ano de 1949 chegava ao Brejo da Madre de Deus para servir como Pároco, o Cônego Antônio Duarte Cavalcanti, onde passou um quarto de século, dando muito de si para desbravar vários setores sociais do Brejo de então. Difundiu a cultura em todos os seus aspectos. Criou escolas de bordados, de corte e costura e a inesquecível Escola Paroquial. Instalou um Serviço de Som (DIFUSORA PAROQUIAL) onde a instrução abriu novos horizontes à juventude do Brejo. Restaurou a Casa Paroquial fisicamente, e reconstruiu a Co-Matriz de Nossa Senhora do Bom Conselho. Promoveu campanhas árduas para adquirir bancada para a igreja do Bom Conselho e muitas outras melhorias. Foi realmente um período de progresso para a Igreja Católica e para o Brejo de uma forma geral. Homem culto, escritor, poliglota, poeta, compositor, filatelista, musicista, eletricitista, motorista, orador eloqüente e cantor sacro respeitável.

ANO DE 1972

Torna-se Pároco do Brejo, o Padre José Leão Lanfermann, natural de Lendrgsen - Alemanha, nascido no dia 18 de janeiro de 1911, tendo falecido como Pároco do Brejo no dia 8 de outubro

de 1975 e sepultado no interior da Matriz de São José. Era um Sacerdote zeloso, austero e bastante culto.

ANO DE 1975/1991/2001

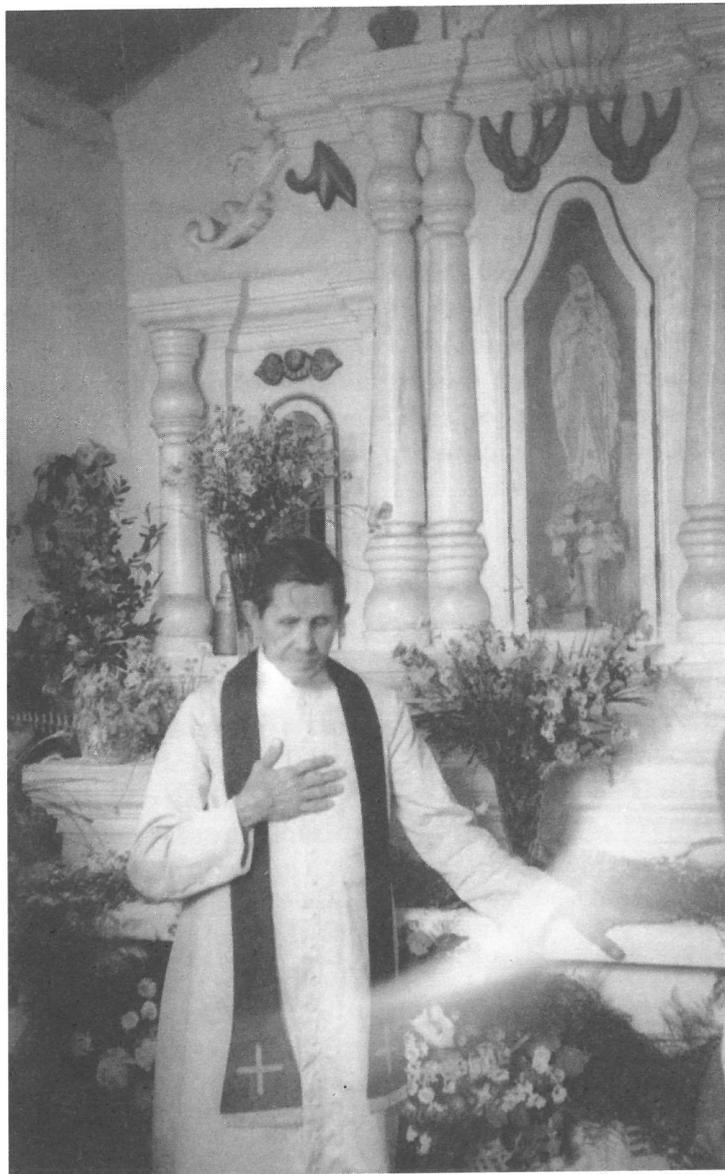
Em dezembro de 1975 é nomeado Pároco do Brejo o Padre Miguel de Jesus Alves - Jesuíta, que prestou relevantes trabalhos evangelizadores na sua gestão que terminou em janeiro do ano de 1991.

Posteriormente estiveram à frente da Paróquia de São José do Brejo da Madre de Deus, na condição de substitutos provisoriamente, os Padres Pedro Francisco Monteiro Neto (brejense) e Padre Antônio de Almeida Maciel Filho (hoje atuando na Vila de São Domingos, 4º. Distrito deste Município), e depois nomeado o atual Pároco, Padre José Francisco dos Santos, tendo assumido no dia 5 de dezembro de 1993.

(*1)- O Diário de Pernambuco, No. 153, Ano LV, edição de segunda-feira, 7 de julho de 1879, referindo-se ao Monsenhor Carmelo de Andrade, na época Governador do Bispado de Pernambuco, atinente a precária situação do Padre João Gualberto de Sant'Ana Barros, que após 49 anos como Sacerdote da Igreja Católica vivia a esmolar a caridade pública na cidade de Vitória há uma década para não morrer de fome. O Padre João Gualberto nascera no ano de 1806 tendo se ordenado no ano de 1831 pelo então Arcebispo da Bahia, Dom Romualdo Antônio Seixas, e serviu como Vigário Encomendado da Freguesia de Pedra e interino e Coadjutor em Altinho, São Caetano e Brejo da Madre de Deus, quando era Vigário do Brejo o Padre Pedro Marinho Falcão.

(*2)- Outros Sacerdotes estiveram em Brejo da Madre de Deus a convites especiais de famílias relativamente ricas para efetuarem casamentos e batizados, embora não fossem Vigários ou Párocos no Brejo, a exemplo de um filho ilustre da terra, o Cônego Francisco Rochaél de Brito Medeiros que no ano de 1875 realizou

vários batizados, e ainda os Padres José Bernardino de Paiva, Francisco Lopes de Carvalho e Manoel Ubaldo da Costa. Filhos também do Brejo o Cônego João Amâncio de Araújo Lima, tendo nascido no Sítio Salobro há época pertencente ao Município do Brejo e que foi fundador da Cruzada Contra o Comunismo, conhecida nacionalmente e reconhecida pelo Vaticano; o Monsenhor José Florentino que foi por anos Pároco em Bezerros; e os novos Sacerdotes Monsenhor José Roque da Silva, hoje Pároco em Caruaru na igreja de São Francisco do conhecido Bairro Vera Cruz, popularmente chamado de "Rua Preta"; Geraldo Batista, Pedro Aguiar(hoje afastado a pedido), José Anchieta de Araújo Guerra; Adeildo Sebastião Ferreira, e Demóstenes Costa Silva(afastado voluntariamente); além das Irmãs filhas do Brejo da Madre de Deus-PE: Irmã Dorotéia Nunes de Araújo, Irmã Marina Monteiro da Silva, Irmã Suzana Santina de Lima, Irmã Lindalva Nascimento da Silva e Irmã Irene Maria da Silva.



Cónego
Antônio Duarte
a quem o Brejo deve muito.

CAPÍTULO VIII

Balanços Contábeis

Antigamente, no Século passado, por exemplo, quando havia o vínculo da Igreja com o Estado, a organização entre ambos era quase perfeita, no que se refere especialmente às operações contábeis(*1).

As Freguesias escrituravam em livros próprios, tudo aquilo que estivesse afeto à receita e despesa, com referência à jurisdição de cada. No Brejo da Madre de Deus na década primeira do Século XIX, encontramos um dos "Balanços Contábeis da Freguesia", também denominados de "Recenseamento e Contas". Consistia na lavratura de demonstração de receita e despesa, incluindo o "foro" pago por vários moradores ocupantes de imóveis do Patrimônio de São José do Brejo.

Num livro apropriado o Vigário da época descrevia com detalhes preciosos, a arrecadação até de donativos, e em outra parte do mesmo livro, registrava diariamente as despesas que porventura fossem efetuadas dentro do sistema de conta corrente.

No final de cada mês fazia-se o Balancete Mensal. Encontramos também nesses livros, vez por outra, um "VISTO" do Visitador Eclesiástico, quase sempre por um Cônego da Diocese de

CAPÍTULO VIII

Balanços Contábeis

Antigamente, no Século passado, por exemplo, quando havia o vínculo da Igreja com o Estado, a organização entre ambos era quase perfeita, no que se refere especialmente às operações contábeis(*1).

As Freguesias escrituravam em livros próprios, tudo aquilo que estivesse afeto à receita e despesa, com referência à jurisdição de cada. No Brejo da Madre de Deus na década primeira do Século XIX, encontramos um dos "Balanços Contábeis da Freguesia", também denominados de "Recenseamento e Contas". Consistia na lavratura de demonstração de receita e despesa, incluindo o "foro" pago por vários moradores ocupantes de imóveis do Patrimônio de São José do Brejo.

Num livro apropriado o Vigário da época descrevia com detalhes preciosos, a arrecadação até de donativos, e em outra parte do mesmo livro, registrava diariamente as despesas que porventura fossem efetuadas dentro do sistema de conta corrente.

No final de cada mês fazia-se o Balancete Mensal. Encontramos também nesses livros, vez por outra, um "VISTO" do Visitador Eclesiástico, quase sempre por um Cônego da Diocese de

Olinda, que tinha poderes especiais delegados pelo Bispo, a fim de que procedesse fiscalização nas Freguesias da Província.

No término de cada ano, o Vigário fazia um Balanço Geral, encerrando as contas e remetendo-as ao Cartório do Cível e Capelas, para a necessária apreciação do Poder Judicial, representado que era naquela época em Brejo da Madre de Deus pelo Juiz de Direito Interino, a quem também chamava de Juiz de Capelas, isto é, com referência a Capelas ou seja, pessoa que ocupa encargos pios, na pessoa do Dr. Félix Peixoto de Brito Mello. Este por sua vez, dava o Despacho, o qual era cumprido à risca pelo Escrivão de Capelas de nome Mathias Soares. Daí então, o dito Escrivão dava a "DATA" e em seguida verificada a autenticidade e correção do "BALANÇO", dava a "CERTIDÃO" e fazia "CONCLUSOS" ao Juiz de Direito, que achando certas as contas, determinava que fossem pagos os emolumentos, ou sejam, selos, etc. e em seguida dava a "SENTENÇA", julgando corretas ou não, as demonstrações contábeis da Freguesia, embora não encontrássemos nenhuma impugnada ou rejeitada por qualquer Juiz da época.

No ano de 1807, a Receita importou na soma de 95\$950 (Noventa e cinco mil e novecentos e cinquenta réis), não atingindo a casa dos cem mil réis, isto se computando um saldo do ano anterior.

Já nos registros das Despesas, verificamos que o Pedreiro de nome Raimundo Gonçalves trabalhou fazendo todo o retelhamento da Igreja-Matriz de São José, e no fim da semana recebeu a quantia de 1\$440 rs. (Hum mil e quatrocentos e quarenta réis), não perfazendo, portanto, a soma de dois mil réis. Por menos de 200 réis foi feita a compra de uma "Carta de Alfinetes para forro", comprada que foi por apenas 160 réis. Com relação a outros materiais constantes do Balancete em apreço, discriminamos abaixo os seguintes:

ANO DE 1807 - Dois lençóis para cobrir o Altar-Mor: \$ 620 réis; feito de um vaso pequeno com caixa de prata, confeccionado pelo ourives Manoel Vaz Beltrão, pesando dito vaso 288 gramas: 1\$000 (Hum mil réis).

Vale a pena salientar que este mencionado vaso, foi feito com parte do material de duas esporas deixadas no recinto da Igreja-Matriz e que, sendo levado ao conhecimento dos fiéis por várias semanas, não aparecendo o dono, foi o seu material aproveitado em benefício da Freguesia, pois

as mesmas eram de prata da melhor qualidade.

Na mesma semana o ourives Manoel Vaz Beltrão fez a confecção de uma concha para ser usada na Pia Batismal, tendo empregado de sua parte 68 gramas de prata, enquanto que a parte restante foi doada pelo Sr. Miguel Dias, que fez a oferta de 78 gramas. Por este trabalho e pela prata empregada, o ourives referido recebeu a quantia de 2\$000(Dois mil réis). Finalmente, adiantamos que uma parêha de enxadas da melhor qualidade para serviços agrícola ,custava apenas \$120 réis, ou como se dizia antigamente: um tostão e um vintém.

CAPÍTULO IX

Patrimônio de São José

Neste capítulo falaremos sobre um fato bem importante que se refere ao Patrimônio de São José do Brejo. No ano de 1841 houve uma questão entre a Irmandade de São José do Brejo e o Capitão Izidório José Dias dos Santos, que residia na "Fazenda Amarela", àquela época do Município do Brejo da Madre de Deus, hoje do Município de Jataúba.

Era Juiz de Paz da então Vila do Brejo, o cidadão Francisco José Nunes da Silva, e Tabelião Antônio Alves Campos, que por sua vez tinha como auxiliar o Sr. Antônio Francisco Machado.

A questão teve início quando o Capitão Izidório achou por bem em derrubar uma cerca e se apoderar de um terreno que a mesa dividia. A Irmandade de São José do Brejo através dos Irmãos Mesários, de nomes João Rodrigues de Albuquerque, Antônio Rodrigues de Lima Júnior e Antônio Bazílio de Souza, resolveram retomar o terreno invadido, isto por meio de uma conciliação ou em caso negativo, por intermédio de uma Ação possessória.

Como acharam dificuldade em manter entendimentos com o Capitão, deram entrada através de Advogados que vieram do Recife, Capital da Província, nas pessoas dos Doutores Felipe Lopes Neto, Antônio

Trindade Antunes Meira e Antônio Vicente do Nascimento Feitoza(*1).

Ao passarem a Procuração para os Advogados funcionarem em Juízo, acharam por bem os ditos defensores da Irmandade de São José do Brejo, propor uma conciliação com o Capitão Izidório José Dias dos Santos, e na petição inicial requereram ao Juiz de Paz essa proposta que foi devidamente deferida.

No dia 4 de março de 1841, às 8 horas, na residência do Capitão, lá na "Fazenda Amarela" de sua propriedade, foi o mesmo citado pelo próprio Escrivão em falta do Oficial de Justiça. Então ficou determinado pelo Juiz, que a audiência seria realizada no recinto da Capela de Santo Antônio do Jacará, àquela época jurisdicionada eclesiasticamente à Freguesia de Santo Amaro da Taquaritinga, Termo e Comarca da Vila do Brejo da Madre de Deus. E assim, foi realizada a aludida audiência com a presença de todos. Serviram de testemunhas os senhores João Rodrigues Lisboa, Pedro Alexandrino dos Prazeres, Silvestre Antônio de Oliveira Mello e José Ferreira Reis.

Falando as testemunhas, os Advogados e os Irmãos Mesários, disseram que há mais de 65 anos, havia sido doada meia légua de terra ao Patrimônio de São José do Brejo e que começava com os "marcos" fincados na "Boca da Mata", que vai para "Genipapo", onde começava a meia légua de terra, até o Sítio de Caetano de Oliveira Mello, no lugar "Avenças"(hoje Avenida Cleto Campelo) e que compreendia o mesmo Sítio e pelo lado da "Cacimba de Pedro"(hoje Povoado bastante habitado, com Capela, energia elétrica, muitas casas de alvenaria e até calçamento) bem adjacente ao perímetro urbano da cidade do Brejo.

Disse o segundo Procurador Antônio Bazílio de Souza:

"Que não concordava com a demarcação judicial por estarem demarcados com marcos fincados pela Irmandade há mais de 40 anos, sem interrupção ou prejuízo de proprietário algum; que sustenta a posse prescrita ou tira-se uma só reta de cima do marco-padrão, de serra a serra."

Respondeu o terceiro e último Procurador José Ferreira dos Reis:

"Que, por mais esforços que tecesse o Juiz para os conciliar, jamais pôde obter a conciliação, e à vista disto mandou lavrar o termo de não conciliação, e assinou dito Juiz com as testemunhas."

No Capítulo seguinte falaremos novamente a respeito da questão entre o Capitão Izidório e a Irmandade de São José do Brejo.

(*1)-Um Advogado famoso: Dr. Antônio Vicente do Nascimento Feitoza- O Dr. Feitoza nasceu no ano de 1816 e era natural da Cidade do Recife. Com apenas 24 bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais e tornou-se um dos mais brilhantes Advogados pernambucanos, tendo ainda exercido no início de sua vida pública, segundo Pereira da Costa, o cargo de Promotor Público da Capital da Província interinamente o de Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial em 1841, ano que esteve na Vila do Brejo na qualidade de Advogado da Irmandade de São José, contra invasor do Patrimônio da mesma Congregação Paroquial. O Dr. Feitoza faleceu aos 29 de março de 1868, com a idade incompleta de 52 anos e foi sepultado no Cemitério de Santo Amaro, no Recife.

CAPÍTULO X

A Briga Com O Capitão Izidório da "Amarela"

Não tendo sido possível aos Procuradores da Irmandade de São José do Brejo, a conciliação desejada, como o Capitão Izidório José Dias dos Santos(*1), na audiência que foi realizada unicamente para aquele fim, isto no lugar Jacarará e no recinto da Capela de Santo Antônio, insigne protetor daquela Povoação, e que era costume dos antigos fazerem tais reuniões nos recintos dos templos, para assim, evitar-se pronunciamentos injuriosos. Cabiam, pois, agora, somente a decisão da Justiça `a respeito.

A audiência que tratamos no Capítulo anterior, iniciada no dia 4 de março de 1841, às 8 horas, só veio a encerrar-se no dia seguinte por volta das 10 horas, tendo o Juiz de Paz Francisco José Nunes da Silva, declarado ficar as custas da dita audiência para as partes dos autores, ou seja, para os que representavam a Irmandade. As custas foram distribuídas da seguinte forma:

**"CUSTAS para o JUIZ: dos termos: \$800 réis;
CONTAS: \$150 réis;
CAMINHO: 4 léguas: \$400 réis;
ESCRIVÃO: termos: \$300 réis;
PAPEL: \$20 réis; PORTEIRO: \$120 réis."**

Três anos antes desta data, ou seja, no ano de 1838, muitas pessoas que moravam em propriedades e prédios do Patrimônio de São José do Brejo, abusaram da confiança e das prescrições impostas pela Irmandade aos locatários. Diversos casos existiram em que venderam terrenos e casas do Patrimônio sem o consentimento de quem de direito. Por este motivo um dos Procuradores da Irmandade, de nome Antônio Bazílio de Souza, deu entrada em Juízo da seguinte petição:

"Antônio Bazílio de Souza, Procurador da Irmandade desta Villa de Brejo, e por conseguinte do Patrimônio do mesmo Santo, que chegando ao seu conhecimento, querem certos proprietários, abuzando da sentença justa, traspassão, alienão, e vendem os mesmos prédios sem o consentimento da mesma Irmandade, ou do Procurador, vindo daí originar-se não só o prejuízo do Laudêmio que devem pagar, como mesmo o fôro vencido, o que tudo é objeto de contestação entre Suplicado e Suplicante, mormente privação de lucro para o Patrimônio, que na forma da mesma sentença é aplicada para as necessidades e privações da mesma Igreja, e para evitar hum tal transtôrno e ainda mais a ignorância a que se poderão chamar, requer a V. Senhoria, mandados, notificar para execução da dita sentença e isto, debaixo das penas nellas estipuladas, cuja notificação é extensiva a todos os proprietários, quer de prédios, quer de sítios, pois de huns e de outros, está cheia a meia légua do referido Patrimônio, pede ao Illustrissimo Senhor Doutor Juiz de Direito, do Crime, Cível, Órfãos e Capellas, se sirva mandar como bem requerido o Suplicante. E receberá mercê. As.) ANTÔNIO BAZÍLIO DE SOUZA- PROCURADOR DA IRMANDADE." (Sic!).

O Dr. Juiz de Direito em face desse requerimento, deu o seguinte Despacho:

"DESPACHO: Passe o mandado na forma requerida. Villa de Brejo, treze de junho de 1838. FERREIRA DA COSTA- Juiz de Direito."

(*1)- O Capitão Izidório José Dias dos Santos integrou no ano de 1850, na qualidade de Tenente-Coronel do 2º. Batalhão, a 1ª. Legião da famosa Guarda Nacional do Brejo da Madre de Deus.

CAPÍTULO XI

Escravos

Na cidade do Brejo da Madre de Deus e em outros recantos do Município, ainda encontramos descendentes dos africanos trazidos para o Brasil como escravos, e não faz muitas décadas, que no lugar "Tabocas" essa presença era acentuada.

Na cidade do Brejo vivia uma pobre e idosa senhora negra, quase centenária (já falecida), implorando à caridade pública, abandonada praticamente, recebendo migalhas para alimentar-se e uma filha e neto. Essa preta velha de que tratamos neste Capítulo, na Pia Batismal recebeu o nome de SILVÉRIA e a todos que conhecia tratava por "Sinhô" ou "Sinhá", até mesmo às crianças dava esse tratamento submisso, daí também todos que a conhecia tratavam-na pela alcunha de "**Sinhá**".

"Sinhá" também tem uma história, o que fazemos postumamente, porque sua vida faz parte da História do Brejo da Madre de Deus quase tricentenário.

A história de "Sinhá" é curta, porém interessante e merece registro. Morava na localidade denominada "Tabocas", local da fundação do Brejo, isto é, do Município do Brejo. A sua mãe chamava-se Gertrudes Maria da Conceição e tinha duas filhas, uma de nome Silvéria Maria da Conceição e a outra Severina Maria da Conceição. A primeira ganhou o apelido de

"Sinhá". A esposa do proprietário de "Sinhá" era dona ANNA CORDEIRO, descendente de André Cordeiro, mais conhecida pelo apelido de "DONANA", corruptela de "Dona Ana". As aludidas escravas tratavam a senhora Donana com o maior carinho pelo temor, especialmente chamando-a de "Sinhá Doninha", que por sinal era por demais perversa com os escravos que possuía, pois por motivos de somenos importância, por várias vezes queimava as pernas e coxas das pobres escravas com um tição de angico, para que assim pudesse satisfazer aos seus instintos maus.

Certo dia, contou-nos "Sinhá", ela e sua irmã Severina, já moçotas, estavam trabalhando aproximadas da Casa Grande do Engenho em "Tabocas", quando ouviram sua "Sinhá Donana" dizer para outro cativo de inteira confiança dela patroa o seguinte: "olhe Miguel, você vá até o pé de juá (juazeiro) do roçado e cave um buraco grande, ouviu? Hoje eu vou mandar enterrar viva aquela negra Gertrudes da peste." Gertrudes era a mãe da escrava "Sinhá" que se chamava Silvéria Maria da Conceição.

As jovens escravas ao ouvirem aquela sentença de morte para sua mãe, não perderam tempo. Imediatamente participaram o que tinha ouvido à sua velha mãe. Esta, sabendo do coração tirânico de que era possuidora a sua "Sinhá Doninha", procurou logo arribar, levando suas duas filhas, desaparecendo dali quanto antes melhor, embora sem rumo certo a seguir, mas pior seria ficar esperando a tortura de ser enterrada viva, pois já sendo velha não causaria prejuízo a sua dona.

Embrenhou por matagal adentro em desabalada correria, porque ao sentirem suas ausências o Capitão de Campo entraria em ação e o castigo seria pior do que a morte. Foram felizes. Escaparam. Livrou-se do furor sanguíneo daquela mulher que não gostava de escravos e muito menos de negros. Chegaram alguns dias após a fuga a um estranho lugarejo, lá para as bandas do hoje Município de Flores, neste Estado, onde passaram a servir a senhores de uma fazenda, isto com relativa liberdade.

Poucos anos depois, no dia 13 de maio do ano de 1888, a Princesa Isabel assinava a Lei Áurea que libertava definitivamente os escravos, no Brasil.

"Sinhá" perde sua mãe e sua única irmã, acometidas que foram por intermitente febre, e consegue voltar ao Brejo da Madre de Deus.

Vivendo ao relento sem guarida, passou a viver sendo escrava do vício da embriaguez, fumando cachimbo, que era seu grande prazer. Não prejudicava a ninguém e era fiel pagadora de débitos que contraía nas vendas que confiavam alguns comerciantes locais, notadamente na casa comercial de

Dona Júlia de Souza Pinto, esposa do Sr. Ageu Gonçalves Pinto, situada à Praça do Bom Conselho, 84 em pleno coração da cidade do Brejo. "Seu" Ageu e dona Júlia eram meus sogros, a quem sempre estimei carinhosamente.

Passou "Sinhá" a morar com uma sua única filha chamada Maria e conhecida por "Maria de Sinhá", ambas solteiras. Moravam numa choupana quase infecta, que refletia o quadro real, porém dantesco dos "Navios Negreiros", onde seres humanos padeciam atrozes tratamentos, desde prisões nos porões dessas embarcações prisões, até açoites e as mais torpes sevícias, onde as explorações sexuais dos potentados prevaleciam, impunemente.

Graças aos abolicionistas do quilate de um Joaquim Nabuco, Castro Alves e tantos outros, essa mancha também negra como a escravidão, foi banida da vida nacional pelo esforço de lídimos propagadores das liberdades humanas.

Existem no Brasil várias sociedades e dispositivos de Lei que amparam militares que participaram de guerras defendendo o País, proteção às viúvas de altos funcionários públicos, pensões para os idosos, pensões para ex-agentes políticos nas três esferas de Governo, mas nunca ninguém se lembrou de se instituir pensão aos descendentes diretos de escravos que vivam passando até fome, em verdadeira penúria, e que poderiam ser estabelecidos por Lei os critérios para tal concessão até determinada geração, se fosse o caso, ou seja, para tetraneto, bisneto, neto, etc.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1887(*1)

Resumo geral dos escravos matriculados nos Municípios da Província de Pernambuco, de conformidade com a Lei No. 3.270, de 28 de setembro de 1885, organizado em cumprimento do Aviso Circular do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 9 de maio de 1887:

Brejo (BREJO DA MADRE DE DEUS-PE)

Números de escravos: 1.024
Escravos masculinos: 438
Escravos femininos : 586
Menores de 30 anos: 538
Maiores de 30 a 40 : 228
Maiores de 40 a 50 : 167
Maiores de 50 a 55 : 50
Maiores de 55 a 60 : 41

VALOR FIXADO CONFORME TABELA

538 ESCRAVOS MENORES DE 30 ANOS:
419.050\$000(Quatrocentos e dezenove contos e cinqüenta mil réis)
228 escravos maiores de 30 a 40 anos: 153.725\$000
167 escravos maiores de 40 a 50 anos: 83.050\$000
50 escravos maiores de 50 a 55 anos : 16.900\$000
41 escravos maiores de 55 a 69 anos : 6.900\$000

ESTADO CIVIL DOS ESCRAVOS

Solteiros: 950 escravos
Casados: 65 escravos
Viúvos : 9 escravos

PROFISSÃO DOS ESCRAVOS

Agrícolas : 956 escravos

Artistas: 2 escravos

Jornaleiro ou serviço doméstico: 66 escravos.

De conformidade com a Lei No. 3.270, de 28 de setembro de 1885, havia no Brejo da Madre de Deus, 12(doze) escravos libertos, assim distribuídos:

10(dez) masculinos e dois(2) femininos, sendo seis(6) de 60 anos, um(1) de 61 anos, um(1) de 62 anos, três(3) de 63 anos e um(1) de 65 anos, totalizando 12(doze) escravos libertos.

(*1)- Mapas anexados ao livro "Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste", volume 2, do Professor José Antônio Gonsalves(com S) de Mello, em cujos resumos estão incluídos 56 Municípios pernambucanos, estando o Brejo da Madre de Deus no 52º lugar.

“LEI ÁUREA

DECRETO No. 3353, de 13 de Maio de 1888 que extingue a escravidão no Brazil.

A Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador o Sr. Dom Pedro 2º., há por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléia Geral:

Art. 1º.- É declarada, da data da presente Lei, extincta a escravidão no Brazil.

Art. 2º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua Majestade o Imperador. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, assim o tenho entendido e faça executar.

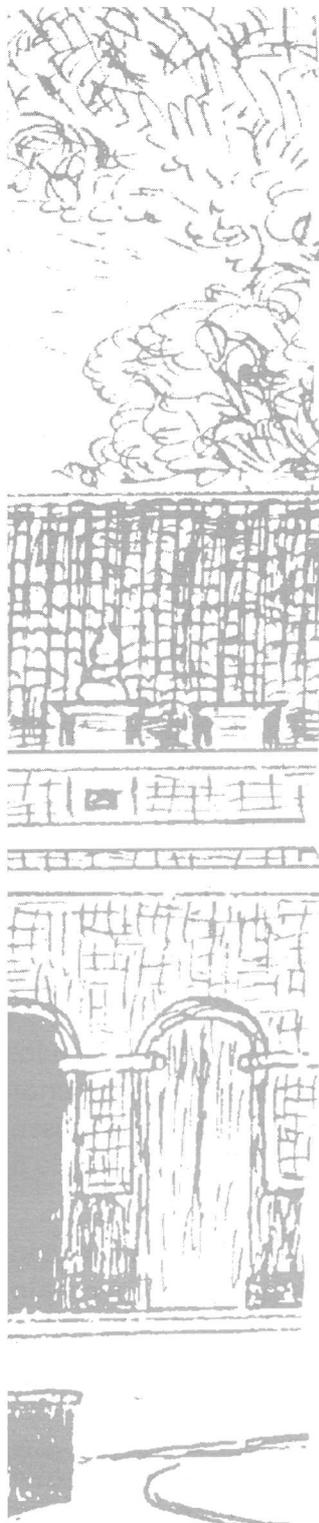
Palácio do Rio de Janeiro em treze de Maio de 1888

IZABEL, Princesa Imperial Regente.”



*Cadeia Pública e
Paço Municipal*

CAPÍTULO XII

Cadeia Pública

Um prédio antigo, com seu primeiro andar, chama de imediato a atenção de quem chega pela vez primeira ao Brejo da Madre de Deus. Dos vários sobrados existentes na cidade do Brejo, mesmo aqueles revestidos completamente de azulejos de cores variegadas e de nacionalidades diversas, não despertam tanta curiosidade quanto o edifício que serve de Cadeia Pública. Tem aspecto de uma formidável fortaleza do tempo do Brasil colonial. A construção desse presídio se deu no segundo quartel do Século XIX, concluído precisamente no ano de 1847, e a razão de tão segura edificação, segundo comentários transmitidos de gerações a gerações, prendeu-se a um assassinato político.

Isto aconteceu quando antigamente as rixas políticas eram por demais ferrenhas, e quase sempre terminavam com mortes feitas de "Emboscadas" ou mesmo em lutas de frente à frente, num desafio estilo duelo, de políticos que não admitiam ofensas morais injustas, partisse de quem quer que fosse e sob qualquer pretexto.

No início do Século XIX morava e exercia influência política partidária no Município do Brejo da Madre de Deus que era "cabeça" de Comarca desde o ano de 1828, chegando a ser a Sede da Comarca do Sertão, o cidadão Antônio Francisco Cordeiro de Carvalho(*1), mais conhecido pela alcunha de "ANTONINO", e descendente do fundador do Brejo, o português

André Cordeiro, segundo a "Enciclopédia Nacional dos Municípios Brasileiros" e que pelas provas relatadas ratificamos.

Além de político atuante e de família tradicional, era respeitado por todos os habitantes do Brejo, vez que era considerado como um homem muito valente e de grande prestígio.

Por circunstâncias políticas da época, viu-se obrigado a transferir de residência, mudando-se do Brejo, então Vila, para uma sua fazenda situada no lugar "Tabocas", pois sua vida estava sendo ameaçada por ferrenhos inimigos que o tinham em mira para o seu assassinato. Confiando sempre no prestígio político e na coragem que dispunha, "Antonino" vez por outra ofendia aos adversários moral e até fisicamente, daí a transferência de moradia para o lugar "Tabocas". Todavia, essa mudança de residência não alteraram os planos e nem diminuíram os ânimos acirrados dos inimigos pessoais e políticos de "Antonino", perdurando o desejo de vingança contra o mencionado líder brejense.

Por duas ou três vezes emboscaram-no, não conseguindo os autores dos atentados, no entanto, seus funestos objetivos, daí, a divulgação da estória de que "Antonino" tinha o "corpo fechado". Outros diziam abertamente pelas ruas da Vila e lugarejos: "Antonino tem reza forte, é perdido e muito perigoso se atirar nele."

Aconteceu que meses depois desses atentados, chegava para integrar o Destacamento de Polícia do Brejo da Madre de Deus, um Soldado chamado Martim José da Silva, estatura média e de cor negra. Muitas pessoas diziam tratar-se de um elemento muito entendido nesse assunto de Reza forte e de "Corpo fechado". Outros alegavam até que o Soldado Martim sabia se "invultar", isso é, desaparecer misteriosamente da vista de pessoas que lhe perseguisse.

O fato é que o dito Soldado foi utilizado pelos inimigos de "Antonino" para eliminá-lo. Possivelmente seria bem remunerado para tão infeliz empreitada. Contavam que o dito militar ao acertar como iria liquidar "Antonino", dissera com bastante ênfase: "A pessoa pode ter o corpo fechado como quiser, mas ao cruzar um rio ou riacho, o corpo fica naquele momento sujeito a tudo" E assim, ficou estabelecido o contrato para a prática do homicídio.

Dias depois, quando "Antonino" (Antônio Cordeiro de Carvalho) atravessava o riacho denominado "Tabocas" na localidade rural de igual nome, foi subitamente emboscado, tendo recebido mortal tiro de bacamarte, caindo à margem do riacho já sem vida.

O criminoso, Soldado Martim, tomou rumo ignorado, mas soube-se logo de que o autor havia sido o dito miliciano, isto pela ausência do mesmo no Destacamento de Polícia do Brejo e pelos murmúrios que corriam entre os habitantes da Vila.

A família do extinto já havia tomado conhecimento de que tudo obedeceu a um plano adrede organizado. Achou por bem os familiares de "Antonino" envidar esforços a descobrir o paradeiro do assassino. Acontece que no Corpo da Polícia Militar de então, havia um Oficial que era parente de "Antonino" e que também tinha interesse na captura do criminoso, que foi efetuada na Cidade do Recife, tendo sido o Soldado Martim remetido para a Cadeia do Brejo, onde seria julgado pela Justiça local.

Ocorre que a Cadeia do Brejo da Madre de Deus nesse tempo se localizava em uma antiga Rua conhecida por "Laranjeiras" (hoje Rua Barão de Buíque), e os familiares de "Antonino" temiam represálias do criminoso, pela insegurança física da mesma Cadeia. Daí por diante a preocupação foi tão somente em se construir um presídio seguro de onde o criminoso não pudesse se evadir, e passaram a reivindicar tal construção ao Governo da Província de Pernambuco, prometendo ajudar em tudo o que fosse possível.

No dia 27 de dezembro de 1845, o Diário de Pernambuco publicava o seguinte Edital:

"O Illm. Sr. Inspetor da Tesouraria das Rendas Provinciais manda fazer público que, em virtude da ordem do Exm. Sr. Presidente da Província, de 17 do corrente, irão pela terceira vez à praça, para serem arrematadas a quem menos fizer, as obras das Cadeias da cidade de Goiana, e da Vila do BREJO, as desta orçadas em 6:448\$337 réis, e as daquela em 7:903\$ 392 rs. Os licitantes, devidamente habilitados, deverão comparecer na Sala das Sessões da Tesouraria no dia 9 de janeiro próximo futuro, ao meio-dia. Secretaria da tesouraria das Rendas Provinciais de Pernambuco, 18 de dezembro de 1845- O Secretário, LUIZ DA COSTA PORTOCARREIRO."

Vale salientar que o mesmo Diário de Pernambuco no mesmo ano de 1845, mais precisamente no dia 17 de março, publicava uma nota sobre o Brejo que dizia:

"Em dias da semana passada foi assassinado na Comarca do Brejo, o Capitão da Guarda Nacional TRAJANO TARGINI, muito conhecido ali pelos seus

sentimentos anti-praieiros. Esta vítima desgraçada do furor dos canibais, que naquela Comarca tantas diligências tem feito por empolgar inteiramente os cargos da Polícia, deixou 10 filhos e uma viúva inconsoláveis, entregues ao pranto e à dor, enquanto os seus infames sacrificadores com satânico riso carregam de novo o bacamarte que há de levar a morte a alguma nova vítima já indicada! Não sei o que mais lhes diga, quando tanto aflição me oprime o peito! Tudo o mais em presença de um fato desses é nada; portanto amanhã falarei em outros objetos de que tenho apontamentos."

No Governo do Dr. Manoel Antônio Pereira Borba, foi efetuado um levantamento dos edifícios pertencentes ao Estado e seus respectivos valores, estando o prédio da cadeia do Brejo incluída e estimada na soma de 30:000\$000 (Trinta contos de réis), enquanto as Cadeias de Água Preta foi avaliada em Dez Contos, a de Altinho em Seis Contos, a de Caruaru em Doze Contos, a de Goiana em Doze Contos, e somente uma teve igual a do Brejo, que foi a de Nazaré da Mata.

Nota-se hoje algumas modificações naquela antiga construção, como sejam: as janelas laterais eram com grades duplas e janelas e portas internas também com grades duplas e fortes. As paredes medem quase dois metros de espessura e seu "madeirame" ("Tesouras" e cumeeiras) desperta de imediato a atenção de todos os visitantes a sólida construção. Constata-se ainda que no meio das paredes existem camadas de areia com uma espessura de vinte centímetros, assim feitas para evitar-se fugas por arrombamentos, pois no caso de arrombamento apareceria a areia colocada, chamando a atenção dos Soldados da Guarda ou do Carcereiro.

Nesse prédio da Cadeia Pública do Brejo da Madre de Deus já funcionou simultaneamente o presídio (térreo), a Prefeitura, Câmara de Vereadores e Fórum (1º andar), e em anexos no térreo, a Agência de Estatística (IBGE), a Coletoria Federal e Delegacia de Polícia, esta última ainda funcionando no mesmo local. Foi o dito prédio inaugurado no ano de 1847.

Na verdade acreditamos que essa história outrora contada que familiares da família Cordeiro à qual pertencia o vitimado "Antonino" a que já referimos neste Capítulo, ajudaram ao Governo da Província de Pernambuco da aludida construção, tem algo fantasioso, pois encontramos no "Livro para registros de Correspondências Recebidas e Expedidas pela Câmara do Brejo", cujo Termo de abertura está datado de 9 de fevereiro de 1857, às fls. 95, o seguinte:

"Ajuste de Contas da Câmara Municipal com o Procurador do patrimônio de São José, Florêncio José de Albuquerque Cavalcanti:

Villa do Brejo, 3 de outubro de 1876-

A Cadeia nova e o Quartel desta Villa tem 128 palmos, edificado o alicerce desde o anno de 1837 até 30 de setembro de 1876, são 39 annos vencidos; a razão de 50 réis o palmo, são cada anno a 6:400; importão os 39 annos: 249:600rs.

A Cadeia velha tem 45 palmos a 50 réis desde o anno de 1835 até 7 de janeiro de 1872, são 36 annos vencidos, importa cada anno: 81\$000rs."

Logo, face ao documento citado, o início da construção da cadeia nova foi em 1837 e somente dez anos depois é que foi inaugurada, possivelmente esteve interrompida a sua construção, considerando-se que o Presidente da Província de Pernambuco no período de 2 de dezembro de 1837 a 13 de abril de 1841 e de 7 de dezembro desse ano até 12 de abril de 1844, foi o Sr. Francisco do Rego Barros e quando da sua conclusão em 1847 o Presidente da Província de Pernambuco era o Sr. Antônio Pinto Chichorro da Gama, mais conhecido por Sr. Chichorro, ocupando o lugar de 15°. Presidente da Província, servindo no período de 11 de julho de 1845 até 19 de abril de 1848.

Segundo consta de documentos oficiais, a construção da Cadeia nova do Brejo esteve sob a responsabilidade do Engenheiro francês Louis Leger Wauthier que cuidou do Serviço de Abastecimento d'Água do recife e deu início as obras do Teatro Santa Isabel, bem como da Ponte Pênsil sobre o rio Capibaribe.

Na obra histórica denominada "JUSTA APRECIÇÃO DO PREDOMÍNIO DO PARTIDO PRAIERO OU HISTÓRIA DA DOMINAÇÃO DA PRAIA", editada no ano de 1847, cujo opúsculo foi publicado sem nome do autor, mas que posteriormente veio a saber-se que a autoria era de José Tomás Nabuco de Araújo, pai do abolicionista Joaquim Nabuco, edição fac-símile, às fls. V. 30 e 31, a respeito do Engenheiro Louis Leger Wauthier, chamado apenas de Sr. Wauthier, a seguinte nota:

"Um praiero apresentou-se ao Sr. Chichorro com uma carta de recomendação para pedir-lhe o lugar de Inspetor de Estradas, o Sr. Chichorro tratou-o com

summa affabilidade e adulação como só e tratar a todos os praeiros e lhe disse: esses lugares estão preenchidos por outros Srs. praieros, que virão primeiro, veja se quer ser Engenheiro, que he o lugar que há vaga. E o homem que ouviu isto, exclamou: eu Engenheiro! Mas tornando a si da surpresa que lhe causou essa autoridade, que tem o Sr. Chichorro de fazer Engenheiros, respondeu sem hesitar---Quero sim senhor, e foi nomeado Engenheiro.

Foi o Sr. Wauthier, ex-Engenheiro em Chefe, o autor do Plano do Edifício do Curso Jurídico de Olinda..."

Louis Leger Wauthier nasceu em Bergerac, na França, no dia 06 de abril do ano de 1815.

Ainda a respeito do prédio da Cadeia Pública (nova) do Brejo da Madre de Deus, encontramos o seguinte registro à página 6 do Livro nesta nota citado e pertencente ao Museu Histórico do Brejo, datado de 23 de janeiro de 1858, conforme correspondência dirigida ao Presidente da Província, Dr. Bevenuto Augusto de Magalhães Taques, 26°. Presidente de Pernambuco, pelo Presidente da Câmara Municipal do Brejo, que diz:

"Illmo. Snr.

He do nosso rigorozo dever, levar ao conhecimento de Va. Exa. as necessidades mais salientes do Município, a fim de que V. Exa. as leve igualmente ao conhecimento da Dignissima Assembléia Legislativa Provincial, de quem esposa esta Câmara o devido empenho, e mais prompta providência.

O Patrimônio desta Câmara além do que está instituído pela lei, consta de hum simples prédio, que outra hora servio de Cadeia, acha-se em estado ruinoso, de forma que, não rende anualmente o que devêra render, pelo motivo indicado, e que pela falta de meios não pode ser reparado.

A Cadeia desta Villa com quanto esteja plantada em hum terreno saudavel, e bem construída, todavia precisa de muitos reparos entre os quais são bem dignos de notas a calçada em redor do edifício, que a priva de receber águas na estação invernososa, que pode amollecere os alicerces com o andar do tempo, e

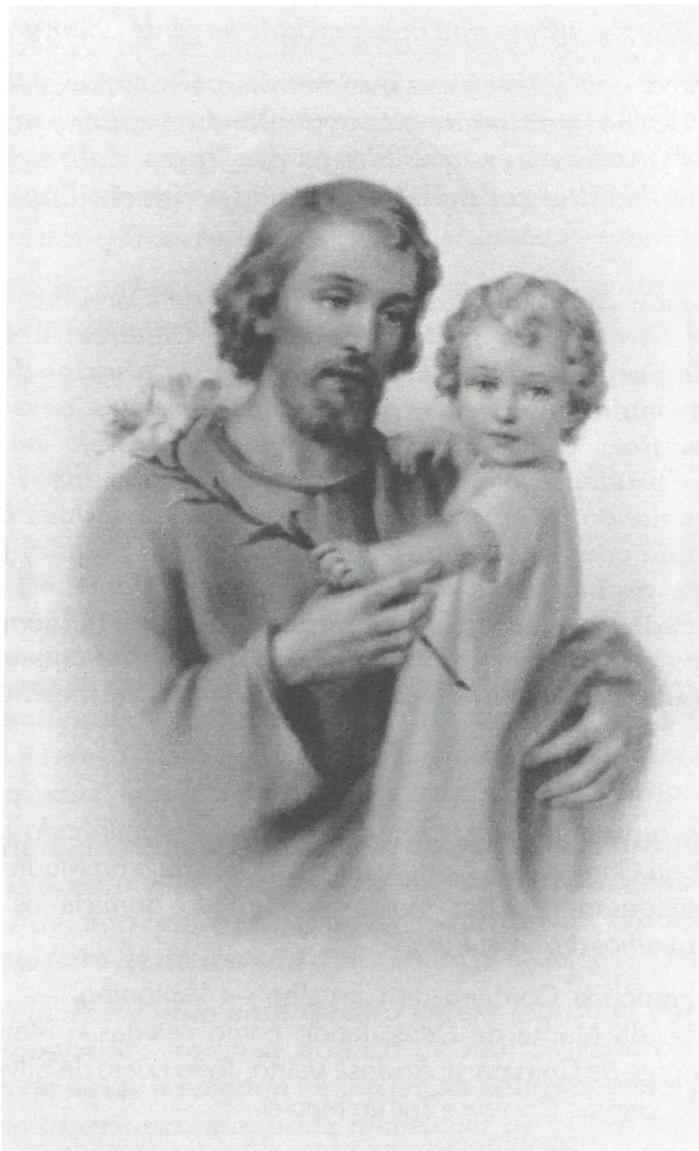
inutilizar hum edificio que com verdade se pode chamar o melhor da Villa.

O conserto nas lethreiras, que sendo collocadas nas mesmas paredes do edificio, estão continuamente exhallando vapores mephiticos, que não só contagião aos infelizes, que tem as desgraças d'alli habitar, senão mesmo os habitantes da Villa, que delles participão pella ventillação do ar."

(*1)- *Chegou Antônio Francisco Cordeiro de Carvalho-"Antonino", a exercer o cargo de Diretor dos Índios da Villa de Cimbres, e conforme também está registrado por Nelson Barbalho no seu livro "Caboclos do Urubá", à página 148, ocorreram muitas violências contra índios cibrenses, nesse período(1826) e alude o dito escritor: "O Presidente da Província, contudo, na época, era um homem bondoso e prudente, o magistrado baiano Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, o qual, tomando ciência das arbitrariedades cometidas contra os silvícolas, em ofício(Cópia conservada no Arquivo Público do Estado) pede-lhe moderação no trato com os indígenas e recomenda que---"Como seja provável que o índio Antônio Pedro, que se intitula Capitão-Mor , tenha influência e preponderância no ânimo dos outros, parece-me de acerto que se lhe conserve essa superioridade, distinguindo-o V.S. dentre os mais, concedendo-lhe mesmo alguma inspeção sobre eles."*

E enfatiza o mesmo autor: "Em outro ofício, encaminhado ao Dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, Ouvidor da Comarca do Sertão, residente no Brejo da Madre de Deus, o Presidente de Pernambuco ordena: "Faça desarmar esses índios, procurando domiciliá-los em suas aldeias, e que pacificamente se dêem as trabalhos da agricultura."

Antônio Francisco Cordeiro de Carvalho — "Antonino" — , foi ainda Vereador à 1ª. Câmara Municipal do Brejo da Madre de Deus, tendo como colegas o Major Pantaleão de Siqueira Cavalcanti, que era o Presidente da Câmara; João José Velho, João Lúcio da Silva, Padre Luiz Coelho, José Pedro de Miranda Henriques, Simião Correia e Tomaz Maciel.



São José
Padroeiro do Brejo
da Madre de Deus

CAPÍTULO XIII

"São José do Toco"

Contavam pessoas idosas, baseadas em informações transmitidas de geração a geração, que as construções dos templos católicos em Brejo, datam dos Séculos XVIII e XIX, respectivamente, igrejas de São José e Bom Conselho.

A primitiva Capela de São José do Brejo, erigida no Século XVIII, por volta de 1752. Tudo começou quando um trabalhador rural havia brocado um terreno para o plantio normal de seu roçado, compreendendo plantação de milho, e feijão notadamente. Ao chegar ao roçado, deparou-se com um achado que lhe causara espanto: "uma imagem do Senhor São José sobre um toco de uma árvore queimada!". Gritou o caboclo.

Sendo aquele rurícola um dos primeiros povoadores do Brejo, e por tradição dos nossos civilizadores, Católico praticante, resolveu levar o fato ao conhecimento das demais pessoas do lugarejo, pois sendo homem temente à Deus, estava realmente assombrado com o acontecimento. Tendo tomado ciência de que havia no lugarejo um Padre (possivelmente o Padre Ponciano Coelho, Prepósito da Congregação de São Felipe de Nery, (recoleta), resolveu fazer com que o mesmo tivesse também conhecimento daquele interessante "ACHADO", e assim o fez. Dirigiu-se à casa onde o velho Padre estava hospedado e lá, narrou todo o acontecido. Este, por sua vez, rumou até o local referenciado pelo camponês e constatou a veracidade de

suas afirmações, tendo logo após, conduzido a imagem encontrada no toco, até à casa onde se encontrava hospedado.

A notícia espalhou-se por toda a região e só se falava na estória de "São José do Toco".

Nos dias seguintes ao fato o mesmo campesino voltava ao seu trabalho, acompanhado de outras pessoas que com ele foram por curiosidade, observar a localidade onde se verificou a interessante ocorrência, e para surpresa de todos, que ficaram deveras apavorados, encontraram no mesmo local e sobre o dito toco, a escultura de São José.

Procuraram saber se o Padre ainda se encontrava no lugarejo do Brejo, e como o missionário não havia viajado, explicaram ao mesmo que a imagem de São José estava no lugar anteriormente onde foi encontrado. O Padre achou até engraçado aquela afirmativa, tendo indagado: "Ora, não me digam que encontraram outra imagem!", e concluiu dizendo: "Pois a primeira está no quarto onde tenho dormido". Com estas palavras dirigiu-se à porta do quarto da casa onde pernoitava há alguns dias, ficando perplexo ao verificar a falta da imagem de São José. Não querendo o Padre acreditar no que havia acontecido e lhe causando susto, foi novamente ao local anterior, onde encontrara a mesma imagem. Todos tomaram como se fora um aviso do Céu. Era um milagre!

Foi aí que o Missionário resolveu pedir permissão eclesiástica para passar algum tempo no lugarejo e ali erigir uma Capela com invocação à São José, a qual foi construída no local do toco, onde no cume do mesmo ficou o Altar-Mor.

Desde essa época o Brejo passou a ser chamado de Brejo de São José, antes era apenas Brejo, pela sua condição de solo fértil e de zona brejeira.

Depois de alguns anos, a partir de 1752, a Capela de São José do Brejo passou a receber assistência de Padres do Oratório da Madre de Deus, os recoletas, que tendo chegado ao Brejo no ano de 1751, não conseguiram edificar um hospício ou convento, à margem de um riacho a quem deram o nome de Madre de Deus, e face à escassez d'água naquela localidade, que dista aproximadamente 12 quilômetros da hoje cidade do Brejo da Madre de Deus.

No ano de 1758, os Frades Congregados de São Felipe de Nery(Os Recoletas) fizeram

uma reforma na Capela, inclusive colocando uma nova imagem de São José, tendo segundo voz corrente dos antigos, sido levada para Roma a imagem pequena e que havia sido encontrada sobre o Toco, sob a alegação de que se tratava de uma relíquia e não deveria ficar exposta ao público.

Esta é a história ou a estória contada a respeito da construção da hoje Igreja-Matriz de São José do Brejo da Madre de Deus.

Na cidade do Brejo além da Matriz citada, existe um outro templo Católico votado à Nossa Senhora do Bom Conselho, sendo a Co-Matriz da Freguesia de São José. Trata-se de um templo belo, majestático, e guarnecido por duas frondosas e imponentes palmeiras imperiais, como que guardiãs daquela Casa de Deus. No Capítulo da próxima edição do Volume 2 da História do Brejo da Madre de Deus contaremos a sua história.

O escritor José Bernardo Fernandes Gama, na sua magnífica obra literária e histórica "MEMÓRIAS HISTÓRICAS DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO", editada no ano de 1844(*1), diz que a Província de Pernambuco estava dividida em treze Comarcas, a saber-se: Recife, Cabo, Rio Formoso, Santo Antão, Bonito, Limoeiro, Nazaré, Paudalho, Goiana, **Brejo**, Garanhuns, Flores e Boa Vista. A presente informação encontra-se à página 30 do Volume I, da obra citada.

Consta no aludido Volume a anexação de um "Mapa Estatístico da População Livre da Província de Pernambuco" no qual registra-se o Brejo com 2.051 fogos, e cada fogo com 5 pessoas, totalizando 10.255 habitantes, e com 21 eleitores que formavam o Colégio Eleitoral do Brejo, conforme dados estatísticos levantados pela Freguesia.

Segundo a revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, números 29/30, à página 15, a Comarca do Sertão considerada a quarta Comarca de Pernambuco, era composta de "Onze Freguesias, que são: 1ª.- Bezerros; 2ª.- Brejo da Madre de Deus; 3ª.- Buíque; 4ª.- Buíque; 5ª.- Cabrobó; 6ª.- Exu; 7ª.- Garanhuns; 8ª.- Rio das Éguas; 9ª.- Rio Preto; 10ª.- Tacaratu; 11ª.- Fazenda Grande."

No livro "Memórias Históricas da Província de Pernambuco" de José Bernardo Fernandes Gama, à página 9, Volume I, diz que o Brejo contribuiu coma receita Provincial através da Coletoria Municipal, referente ao Balanço Financeiro de 1841 a 1842, com a soma de 343\$000 rs. (Trezentos e

quarenta e três mil réis), quantia superior a renda alcançada por Igarassu (330\$449); Cabo(207\$780); Serinhaém(127\$500); Cimbres(147\$500) e Garanhuns(42\$500).

Ainda na obra citada, às páginas 68 e 69 encontramos a seguinte referência ao Brejo:

"Brejo -Villa, erecta em 1833, sobre a margem do riacho Madre de Deus, em uma planície collocada junto de suas serras,(uma a E., e outra ao S.) 50 léguas ao ° do Recife. Limita pelo N. com a Província de Parayba, pelo S. com o Termo do Bonito, e por E. com a de Limoeiro, e por ° com o de Simbres. Abrange as Freguesias do Brejo da Madre de Deus, e parte da de Taquaritinga acima do Riacho Tabocas, cujas ágoas entram no rio Capibaribe; e parte da de Bezerras, que lhe pertencia antes da divisão das Comarcas, e possui, além da matriz, que he a igreja de São José, mais uma Capella consagrada à senhora da Conceição, uma Aula de Latim, e duas de primeiras letras, uma para cada sexo. A Villa do Brejo he hoje um dos lugares de maior comercio no Sertão; suas Ruas, apesar de serem alguma cousa estreitas, apresentam bella vista, e alguns edifícios, ultimamente levantados, tem embellecido-a muito. Todos os sábados há alli uma rica feira, não só dos gêneros de primeira necessidade, como de todos os mais de produção do paiz, bem como algodão em caroço, couros, vaquetas, pelles curtidas e em cabello, sabão, aves, &c., &c., e também de muitas fazendas, e outras mercadorias levadas do Recife. He cortada por duos RIBEIROS, que secção pelo verão; mas como toda a varzea em que está situada,abunda d'olhos d'água, tem a vantagem de ter (principalmente em duas ruas que ficam a E.) no fundo de quasi todas as casas, fontes perenes para seu uso. Além dessas fontes, por assim dizer, particulares, possui a Villa mais três fontes de água cristalina, isto he, as de Taioba, Pingo e Prata. Há 85 annos que o Brejo principiou a ser habitado(*2) e há 50 que alli se generalizou a cultura do algodão, que tem enriquecido muitas casas. Durante o inverno o ar he humido e frio, e pelo verão sofre-se grande calor, porque os raios do Sol, vibrando na serra, refletem sobre a Villa. A Guarda Nacional forma uma Legião, composta de 1 Esquadrão de Cavallaria, e Batalhões de Caçadores, ao todo 669 Praças, exclusive 107 reservas. Arrolou 2.051 fogos, tem portanto 10.255 habitantes livres, dos quais uma grande parte compõe-se agricultores, e outra de criadores de gados; dá 21 eleitores. À Comarca do Brejo pertence a parte da Freguesia de Taquaritinga, chamada Jacarará, que arrolou 909, como se lê no fim da pag. 58:" À página 58, Volume I, da obra mencionada, encontramos ainda:

"Taquaritinga - Freguesia, parte da qual pertence no político, e no civil à província da Parayba, e parte à Pernambuco, collocada junto da serra Bonita, 41 léguas ao O . N. O do Recife. Tem

uma igreja matriz consagrada a S. Amaro. No território, que pertence a Pernambuco, arrolou esta Freguesia 1.646 fogos, tem portanto desta parte 7.320 habitantes livres. Dá 15 eleitores. Mas esse mesmo território está ainda subdividido; isto he uma grande parte delle pertence a Comarca do **Brejo**, e outra (a menos povoada) he que pertence ao Limoeiro, porém ahi está collocada a Sede da Parochia. Na parte comprehendida na Comarca do Limoeiro arrolou 55 fogos, e naquella que pertence a **Brejo**, e que se denomina Jacarará, arrolou 909."

Ora, quando os Frades Congregados(Recoletas) chegaram ao Brejo(Município), no ano de 1751 e se fixaram à margem de um riacho a quem deram o nome de Madre de Deus, e iniciaram a construção do hospício ou convento, já existia povoação no lugar "Tabocas" onde de fato foi fundado o Município do Brejo pelo português André Cordeiro. Somente em 1752 é que os Frades se transferiram para a Povoação do Brejo pelas razões que explicamos anteriormente. Na MONOGRAFIA patrocinada pelo Governo de Pernambuco atinente ao Município de Limoeiro, neste Estado, encontramos um trecho que elucida muito bem o problema de "achados" de imagens religiosas em lugares ermos, cujo teor diz:

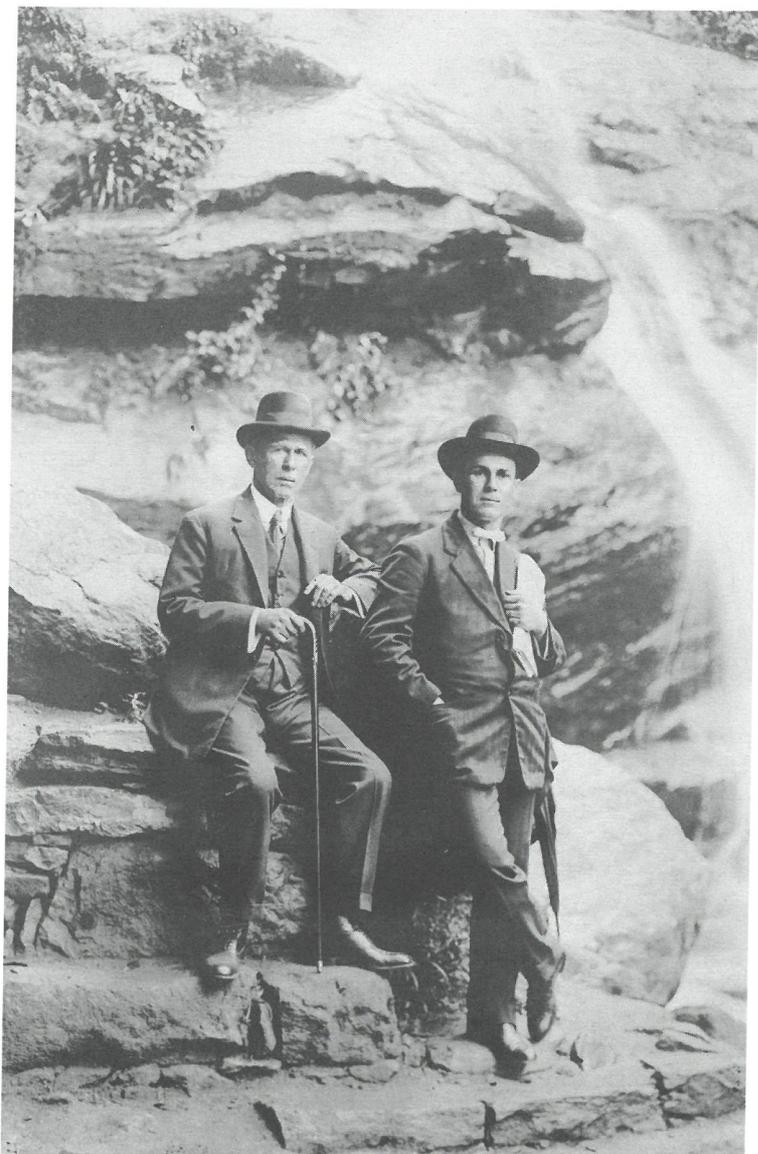
"O NOME E SUA ORIGEM

O fato de existir na região grande quantidade de limoeiros talvez fosse suficiente para justificar a origem do nome, porém existe uma lenda que também o justifica. Conta essa lenda que no princípio do Século XVIII existia um aldeamento de índios sob a direção do Padre Ponciano Coelho, este fizera "desaparecer" a imagem de Nossa Senhora da Apresentação de sua Capela em Poço-de-Pau para um limoeiro do aldeamento, lugar onde se ergueu a torre da futura Igreja-Matriz, marco de fundação da cidade que nascia."(Página 16).

Quando do desaparecimento ou "achado" da imagem de São José sobre um toco no Brejo da Madre de Deus, foi esse mesmo Padre Ponciano Coelho, da Congregação de São Felipe de Nery que estava lá e localizou o templo votado ao mesmo Santo até os dias de hoje.

(*1)- O autor de MEMÓRIAS HISTÓRICAS DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, José Bernardo Fernandes Gama, era Cavaleiro da Ordem de Cristo, condecorado com a Medalha de Campanha da Independência do Império, na Província da Bahia, Tenente da Primeira Classe do Estado Maior do Exército, empregado em Comissão na província de Pernambuco.

(*2)- Diz o autor de memórias Históricas da Província de Pernambuco às páginas 68/69, Volume I, que "a Villa do Brejo foi erecta no ano de 1833, e que há 85 annos que o Brejo principiou a ser habitado." Por conseguinte registra povoação no ano de 1748, isto é três annos antes da chegada dos Missionários recoletas do Oratório da Madre de Deus ao Brejo(Cidade).



Sr. Vicente Campos (à esquerda),
pai do médico brejense
Dr. Geminiano Durval
Maciel Campos (Dr. Germino),
que está à direita e que serviu por
muitos anos aos habitantes de Caruaru.



Comício de Cid Sampaio no Brejo, no ano de 1958, tendo à direita, os vereadores José Cupertino de Souza, Inácio Viterbo de Araújo e o então candidato a deputado Dr. Aducto José de Mello. À esquerda, o vereador Manoel Rodrigues da Silva e o líder político Abílio Telmo. Com exceção do Dr. Cid, todos são falecidos.



A feira livre da então Vila de Jataúba era uma das maiores da região, e no ano de 1950 foi considerada a maior feira de caprinos reunidos do Brasil. Na foto, Jataúba ainda sem energia de Paulo Afonso, bem como sem calçamento.